



MARIANA SIMÕES JORGE MOLIANNI

**Relatório de Estágio Curricular no Centro das Comunidades Madeirenses e  
Migrações – Região Autónoma da Madeira**

Relatório de Estágio com vista à  
obtenção do grau de Mestre em  
Direito Internacional e Europeu

Orientador:

Doutor Francisco Pereira Coutinho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade  
Nova de Lisboa

Junho/2017



**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI PLÁGIO<sup>1</sup>**

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Funchal, 8 de junho de 2017.

---

Mariana Simões Jorge Molianni

---

<sup>1</sup> Artigo 20º-A do Despacho nº 6738/2010, de 7 de Abril (Regulamento do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa).

## **AGRADECIMENTOS**

À Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa pelo ambiente criativo e cordial que proporciona. Aos professores, pela qualidade das aulas, em especial, ao meu orientador Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho por toda sua atenção, paciência, apoio e disponibilidade. Aos meus colegas de estágio e ao Dr. Sancho Gomes que abriu as portas do Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações. Aos meus colegas de mestrado de Direito Internacional e Europeu e do mestrado de Direito Público com quem compartilhei experiências e conhecimento, em especial, a minha querida colega Anabela Brízido que sempre me motivou e apoiou. Ao meu namorado Paulo que durante todo esse tempo me incentivou e apoiou com paciência e amor. À minha querida família que não mediu esforços para que eu chegasse até aqui, com amor e apoio incondicional.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BREXIT	<i>British exit</i>
CCMM	Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações
CLAII	Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos Humanos
EEE	Espaço Económico Europeu
EFTA	European Free Trade Association/ Associação Europeia de Livre Comércio
GRAME	Gabinete Regional de Apoio ao Madeirense Emigrante
OIM	Organização Internacional das Migrações
RAM	Região Autónoma da Madeira
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia

## **MODO DE CITAR**

I - As citações seguem as Normas Portuguesas n.º 405 do Instituto Português da Qualidade.

II – As obras são identificadas da seguinte forma: APELIDO, Nome do (s) autor (es) - título integral entre aspas, volume, local de publicação, editora, ano e ISSN.

III- As obras coletivas são identificados da seguinte forma: APELIDO, Nome do (s) autor (es) - título do artigo entre aspas. In Nome do coordenador da obra - título da obra coletiva, local de publicação, editora, ano, ISSN e páginas do artigo.

IV - A bibliografia indicada a final segue a ordem alfabética e nela apenas constam as obras efetivamente citadas.

V - Ao longo do relatório as citações são identificadas em nota de rodapé da seguinte forma: APELIDO, Nome(s) do(s) autor(es), título integral entre aspas e páginas. Quando abreviadas, as obras são referenciadas segundo a ordem: APELIDO, parte do título entre aspas e páginas.

VI - Os artigos eletrônicos foram identificados da seguinte forma: APELIDO, Nome do (s) autor (es) - título integral entre aspas, volume, local de publicação, editora, ano, ISSN, data de acesso e sítio da internet. Os estudos redigidos por especialistas disponíveis na internet são identificados como: APELIDO, Nome do (s) autor (es) - título integral entre aspas, data da publicação, data de consulta e o local disponível na internet. As citações foram identificadas em nota de roda-pé da seguinte forma: APELIDO, Nome do (s) autor (es) seguido do título integral entre aspas, sítio da internet e data de acesso. Quando abreviadas, são referenciadas segundo a ordem: APELIDO, parte do título entre aspas, sítio da internet e data de acesso.

VII – As citações feitas em nota de roda-pé de informações retiradas de sítios da internet e de jornais eletrônicos são indicados com o sítio seguido da data de acesso. No final do trabalho, são identificados de forma completa, com nome do site ou nome do jornal, título

### *Menções especiais*

da notícia ou da matéria (quando houver), data da notícia (quando houver), data da consulta e sítio da internet.

### **ACORDO ORTOGRÁFICO**

O relatório é redigido na língua portuguesa do Brasil ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 2009, promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008, publicado no D.O.U de 30 de setembro de 2009, p. 1.

### **NÚMERO DE CARACTERES**

O corpo da dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 121.595 caracteres.

## **RESUMO**

Este relatório tem como objeto tratar das consequências da saída do Reino Unido da União Europeia para os cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido. Essa questão surgiu no âmbito de um estágio realizado no Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações. Durante a pesquisa julgou-se adequado analisar os documentos emitidos pela Governo britânico, pela União Europeia e publicações de especialistas em Direito da União Europeia e Direito Internacional Público para traçar qual será o cenário de saída do Reino Unido da União Europeia. Além disso, é objetivo principal desse trabalho aferir qual será o tratamento dado aos direitos dos cidadãos que vivem no Reino Unido, bem como analisar formas de providenciar uma proteção significativa contra a perda dos direitos da União Europeia após o *Brexit*.

Palavras-chave: *Brexit*; saída do Reino Unido da União Europeia; direitos de cidadania europeia.

## **ABSTRACT**

This report has the aim to analyze the consequences of the United Kingdom's withdrawal of the European Union to the EU citizen rights that live in the United Kingdom. The issue arise during an internship at *Centro de Comunidades Madeirenses e Migrações*. During the survey it was considered appropriate to analyze the documents issued by the British Government, the European Union and publications of experts in European Union and Public International Law to outline the scenario of the United Kingdom's withdrawal of the European Union. In addition, the report analyzes the treatment that will be given to EU citizen rights living in the United Kingdom, as well as ways to provide meaningful protection against the loss of EU rights after Brexit.

Key Words: Brexit, United Kingdom's withdrawal from the European Union, EU citizenship rights.



## Índice

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>1. Estrutura do Relatório.</b>	<b>3</b>
<b>2. O Estágio Curricular no Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações.</b>	<b>5</b>
2.1 O Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações	5
2.2 Objetivo e duração do estágio.	5
2.3 Atividades desenvolvidas.	6
2.3.1 Esclarecimento sobre emigração.	6
2.3.2 Acompanhamento dos atendimentos do GRAME e do CLAII.	6
<b>3. Consequências jurídica da saída do Reino Unido da União Europeia para os cidadãos da União Europeia</b>	<b>9</b>
3.1 A saída do Reino Unido da União Europeia	9
3.1.1 Breve referência à emigração portuguesa para o Reino Unido	9
3.1.2 Da adesão ao referendo.	10
3.1.3 Processo de saída (Art. 50º do Tratado da União Europeia)	13
3.1.4 Possíveis cenários de saída: <i>hard Brexit</i> e <i>soft Brexit</i> . Questão binária?	19
3.2 Consequências do <i>Brexit</i> para os direitos dos cidadãos da União Europeia.	27
3.2.1 A cidadania europeia e seus direitos.	27
3.2.2 O Reino Unido e os direitos da cidadania europeia.	33
3.2.3 O impacto do <i>Brexit</i> sobre o direito dos cidadãos da União Europeia no Reino Unido	35
3.3 Os direitos adquiridos em casos de retirada de um Estado-Membro.	39
3.3.1 O que são direitos adquiridos em casos de retirada de de um Estado-Membro?	39
3.3.2 O Direito da União Europeia e os direitos adquiridos.	41
3.3.3 O Direito Internacional e os direitos adquiridos.	42
3.3.4 A proteção de direito conferidos pelos Direito da União Europeia ao abrigo de fontes alternativas.	44
3.4 Acordo de saída	45
<b>4. Conclusão</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>i</b>
Bibliográficas	i
Outros Recursos Eletrônicos	iv
Legislativas	xii
Jurisprudencias	xiii

## **Introdução**

A Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa proporciona aos alunos de mestrado a possibilidade de concluir o curso com a elaboração de relatório de estágio.<sup>2</sup>

Como meu plano era mudar para a Ilha da Madeira e iniciar minha vida profissional na região, procurei uma oportunidade de estágio em um local de interesse onde eu pudesse adquirir conhecimentos aprofundados em campos específicos do Direito para a preparação para a vida profissional.

Depois de muita procura encontrei no Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações (CCMM), na pessoa do Adjunto do Secretário Regional, Dr. Sancho Gomes, que veio a se tornar meu orientador de estágio, uma oportunidade de fazer um trabalho acompanhado de iniciação à atividade profissional qualificada.

O CCMM pertence ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, e presta um serviço público gratuito de apoio e orientação aos emigrantes e imigrantes.

No CCMM tive contato com a realidade migratória portuguesa, mais precisamente, a madeirense. Conheci de perto quais são as maiores angústias e dúvidas de quem quer deixar o país e de quem quer retornar.

Três realidades chamaram muito a minha atenção durante o estágio: a ânsia de muitos portugueses deixarem o país em busca de oportunidade, a angústia vivida por muitos portugueses que vivem no Reino Unido, e o retorno desesperado de muitos portugueses da Venezuela e de seus descendentes.

Como a realidade do país, e também da RAM, é marcada pela emigração acentuada, acabei mudando meus planos iniciais de estudar e pesquisar mais sobre o fenômeno da imigração. Foquei meu interesse nas consequências que a saída do Reino Unido da União Europeia trará para os cidadãos da União Europeia, tendo em vista que o resultado do referendo de 23 de junho de 2016 deixou milhares de pessoas com muitas dúvidas e incerteza.

---

<sup>2</sup> Art. 3 do Despacho nº 6738/2010, de 7 de Abril (Regulamento do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa).

O CCMM tem como função apoiar e orientar os migrantes, mas infelizmente não há uma resposta para muitas questões relacionadas ao *Brexit*. A espera pelos próximos passos da negociação tem sido a única resposta.

No entanto, a vida e os planos não param. Nesse contexto, foquei minha pesquisa a tentar entender qual a posição do Reino Unido e da UE para as negociações e quais são as possibilidades de proteger muitos direitos que os cidadãos da União Europeia que já vivem no Reino Unido usufruem. O *Brexit* não traz consequências só para os cidadãos e para os direitos da cidadania europeia, mas é sobre essa vertente que a pesquisa irá se debruçar.

Além disso, o foco não foi tratar de forma pormenorizada os casos apresentados no CCMM. Como foi apresentado acima, o relatório do estágio é dedicado ao problema encontrado durante o tempo de estágio. Pretendo dar uma resposta às perguntas que surgiam no CCMM, para que a paciência e o tempo não sejam a única resposta às suas angústias. É cruel querer que os cidadãos aguardem por, pelo menos, dois anos para seguirem suas vidas.

## **1. Estrutura do Relatório.**

A estrutura do relatório reflete o programa previsto no plano de estágio que abrangeu duas frentes do CCMM: imigração e emigração.

O segundo capítulo trata da caracterização da instituição acolhedora do estágio, duração do estágio e descrição das atividades desenvolvidas. Nesse mesmo capítulo foi apresentado um problema que foi objeto de pesquisa durante o estágio e apresentado no seguinte capítulo.

O terceiro capítulo e mais extenso, foi dedicado ao tema do *Brexit*. Antes de discorrer sobre o que este capítulo irá tratar, cumpre explicar porque resolvi dedicar este relatório às consequências jurídicas que a saída do Reino Unido da UE irá trazer para os cidadãos da União Europeia.

Como já foi dito, no dia 23 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu por meio de um referendo que deve deixar de ser Estado-Membro da UE. Essa decisão acarreta consequências econômicas, políticas e sociais gigantescas. Como o CCMM tem por objetivo dar apoio aos cidadãos que o procuravam e atualmente é procurado na maior parte das vezes por emigrantes portugueses, resolvi dedicar minha pesquisa às consequências que o *Brexit* trará para a vida dessas pessoas.

Segundo dados do *Office for National Statistics*, há mais 3 milhões de cidadãos da União Europeia que residem no Reino Unido.<sup>3</sup> São milhões cidadãos da União Europeia e membros da sua família que decidiram viver, trabalhar ou estudar no Reino Unido, muitas vezes atrás de melhores oportunidades e condições de vida. São milhões de cidadãos que fizeram escolhas, planos e mudaram suas vidas com base nos direitos da União Europeia. O direito de entrar, sair, residir, trabalhar, estudar orientaram novas escolhas e mudaram vidas de milhares de cidadãos.

Nesse contexto, o terceiro capítulo trata das consequências jurídicas da saída do Reino Unido da UE para os cidadãos da União Europeia. O foco, advirta-se, não é tratar

---

3

Consultado

em

<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/ukpopulationbycountryofbirthandnationality/august2016#1-in-8-of-the-uk-population-was-born-abroad-and-1-in-12-has-non-british-nationality>; [29/05/2017].

as consequências do *Brexit* para os cidadãos britânicos que vivem em outros Estados-Membros da UE.

O terceiro capítulo foi dividido em quatro partes. A primeira parte trata das principais questões da saída do Reino Unido da UE. Esta parte é dividida em quatro subcapítulos. O primeiro trata brevemente da emigração portuguesa no Reino Unido, o segundo do percurso até chegar os resultados do referendo, o terceiro do processo de saída e, por último, dos possíveis cenários de saída.

A segunda parte do terceiro capítulo trata das consequências do *Brexit* para os direitos dos cidadãos da União Europeia. Na sequência, a terceira parte é dedicada a tentar entender se a doutrina de direitos adquiridos pode ser aplicada à proteção dos direitos dos cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido. Na impossibilidade de aplicar a doutrina do direito adquirido à realidade do *Brexit* analisa-se outra fonte para tentar proteger os direitos dos cidadãos da União. Finalmente, a última parte do quarto capítulo trata do acordo de saída previsto do art. 50.º do TUE.

## **2. O Estágio Curricular no Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações.**

### **2.1 O Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações**

O CCMM fica situado no Funchal, na Região Autónoma da Madeira. Foi criado em 1977 e atualmente é tutelado pela Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus (SRAPE) do Governo Regional da Madeira.

O CCMM presta diversos serviços que abrangem o aconselhamento, apoio e orientação de todos os que o procuram. Além disso, tem por missão estudar, coordenar, executar a política de emigração e imigração, bem como a de dar apoio às comunidades madeirenses dispersas pelo mundo.<sup>4</sup>

Ademais, CCMM tem como objetivo manter uma política adequada de inserção dos imigrantes, especialmente com relação ao emprego, saúde, habitação, educação. O CCMM auxilia os imigrantes para que tenham acesso a todos os serviços com base no princípio da igualdade entre nacionais e estrangeiros. Além disso, o CCMM realiza um trabalho voltado para os emigrantes, uma vez que os emigrantes madeirenses e os seus lusodescendentes fazem parte da população madeirense e sempre tiveram um papel importante para a Região, na sua divulgação nos países onde se encontram.<sup>5</sup>

### **2.2 Objetivo e duração do estágio.**

No estágio curricular no CCMM foi realizado um trabalho acompanhado de iniciação à atividade profissional que proporcionou a possibilidade de aplicação e o aprofundamento de conhecimentos especialmente voltado para a questão migratória.

O estágio decorreu nas instalações do CCMM, de 3 de outubro a 10 de fevereiro, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17:30h.

---

<sup>4</sup> Art. 3.º da Portaria n.º 130/2015, de 31 de julho.

<sup>5</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/apresentacao/enquadramento-legal>; [13/03/2017].

## **2.3 Atividades desenvolvidas.**

### **2.3.1 Esclarecimento sobre emigração.**

O número de portugueses<sup>6</sup>, e em especial madeirenses<sup>7</sup>, que emigram é muito grande. O CCMM tem como atribuição esclarecer dúvidas e orientar os jovens ou qualquer pessoa que tenha interesse em deixar o país. Por isso, fizemos uma ação de sensibilização sobre as precauções que devem ser tomadas por quem quer emigrar, seus direitos e obrigações.

Efetuamos tal atividade na biblioteca municipal de Câmara de Lobos e no centro cívico do Estreito de Câmara de Lobos.

Foi também uma forma de divulgar os serviços do CCMM para que a população soubesse que há um centro que auxilia na tomada de decisão de emigrar e também auxilia pessoas que já vivem no exterior, fazendo a ponte entre o emigrante e as instituições localizadas no país.

### **2.3.2 Acompanhamento dos atendimentos do GRAME e do CLAIL.**

I. O GRAME é um serviço criado para prestar serviço à pessoa emigrante em diversos assuntos, como por exemplo: assuntos de segurança social estrangeira, comunitária e extracomunitária; dupla-tributação; pedidos de colocação no estrangeiro; informação jurídica geral; pedidos de equivalências; retorno voluntário; óbitos no estrangeiro; pensões; emigração sazonal e respectiva preparação formal, como é o caso atualmente dos contratos nas Ilhas do Canal; deportações, repatriações e evacuações, entre outros casos.<sup>8</sup>

Atualmente, com a crise na Venezuela, há muitos portugueses retornados e luso-descendentes que procuram o CCMM para regularizar sua vida na RAM. Segundo

---

<sup>6</sup> Segundo informações do Eurostat, um total de 17 Estados-Membros da UE reportaram mais imigração do que emigração em 2015, mas na Bulgária, Irlanda, Grécia, Espanha, Croácia, Chipre, Polónia, Portugal, Roménia, Letónia e Lituânia o número de emigrantes ultrapassou o número de imigrantes. Consultado em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration\\_and\\_migrant\\_population\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics); [02/06/2017].

<sup>7</sup> Difícil afirmar qual o número exato de madeirenses emigrados, mas o CCMM estima que haja cerca de 120 mil madeirenses só na capital britânica. Números que fazem com que esta seja a terceira maior comunidade madeirense no mundo. Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>; [02/06/2017].

<sup>8</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/grame>; [13/03/2017].

informações do CCMM, na Venezuela, reside uma das maiores comunidades madeirenses. Estima-se que residam cerca de 300 mil madeirenses ou luso-descendentes, num total de 500 mil portugueses.<sup>9</sup> Atualmente, os meios de comunicação publicam diariamente notícias de portugueses e suas famílias que retornam para Portugal para fugir do caos que vive a Venezuela.

O Secretário da SRAPE Dr. Sérgio Marques estima que regressaram da Venezuela entre 3.000 a 4.000 pessoas para a Madeira (não foi informado a partir de qual data está sendo feito esse registro). Há uma certa dificuldade de apurar esse número porque os cidadãos que entraram com passaporte português não tem sua entrada registrada.<sup>10</sup>

Situação que preocupa muito o Governo Regional tendo em vista que já são 700 emigrantes regressados inscritos no Centro de Emprego nos últimos seis meses.<sup>11</sup>

Segundo a Secretária da Inclusão e Assuntos Sociais do Governo Regional, é uma situação muito preocupante e alerta para uma nova realidade que a Europa, mais precisamente, Portugal, precisa enfrentar.<sup>12</sup> Um regresso em massa pode significar uma grande pressão para os serviços públicos da Madeira.

II. Os imigrantes podem recorrer ao CLAII, que foi inaugurado na região a 15 de Julho de 2010, e funciona nas instalações do CCMM. O CLAII presta serviço gratuito de servir e apoiar a população imigrante, independentemente da nacionalidade, religião ou etnia.<sup>13</sup>

O CLAII na Madeira funciona com o objetivo de proporcionar ao imigrante respostas ao nível do acolhimento, integração e resolução dos seus problemas. O serviço continua sendo prestado a quem procurar o centro; no entanto, o CCMM é muito procurado hoje por portugueses que desejam deixar o país ou portugueses e lusodescendentes que desejam retornar a Portugal.

---

<sup>9</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>; [03/06/2017].

<sup>10</sup> Consultado em <http://www.dnoticias.pt/madeira/entre-3-000-e-4-000-luso-venezuelanos-regressaram-a-madeira-LM1482638>; [02/06/2017].

<sup>11</sup> Consultado em <http://observador.pt/2017/04/28/madeira-mais-de-700-emigrantes-vindos-da-venezuela-no-desemprego/>; [28/04/2017].

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/deportados-2/claii-madeira>; [13/03/2017].



Com relação aos imigrantes, os serviços que se destacam são: inscrições consulares; pedido de emissão de passaportes e bilhetes de Identidade; solicitação de registos Criminais; pedidos de apoio Social e Declarações diversas. Além disso, é feito o acompanhamento do Programa Retorno Voluntário de imigrantes extra – europeus, em articulação com a OIM e o Secretariado Diocesano das Migrações e Turismo da Diocese de Funchal, bem como o apoio ao movimento associativo, nomeadamente na realização dos eventos.<sup>14</sup>

Além disso, são feitos contatos frequentes com as Embaixadas e Consulados acreditados em Portugal, no sentido de resolver os problemas apresentados, tentando evitar que seja necessário o deslocamento ao continente dos respectivos interessados que vivem na Madeira.

III. Dentre tantas dúvidas e questões apresentadas diariamente, há uma sobre a qual ainda não há resposta. Há milhares de portugueses, incluindo madeirenses, vivendo no Reino Unido e muitos mais que ainda desejam emigrar. Nesse contexto, muitos vivem hoje a preocupação de não saber como será o futuro após a saída do Reino Unido da União Europeia. Quais direitos serão mantidos para os portugueses que já vivem no Reino Unido e quais direitos terão os que pretendem emigrar?

Diante da falta de resposta para tais perguntas, resolvi aprofundar minha pesquisa sobre esse problema. Quero tentar entender se os emigrantes portugueses que completarem 5 anos antes do *Brexit*, bem como se residentes legais mais recentes, terão direitos preservados depois da saída do Reino Unido da UE e como fazer para protegê-los.

---

<sup>14</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/deportados-2/claii-madeira>; [13/03//2017].

### **3. Consequências jurídica da saída do Reino Unido da União Europeia para os cidadãos da União Europeia**

#### **3.1 A saída do Reino Unido da União Europeia**

##### **3.1.1 Breve referência à emigração portuguesa para o Reino Unido**

I. Portugal é conhecido por ter uma história marcada pela emigração; cerca de 22% da população vive fora do país.<sup>15</sup> De acordo com informações do Relatório de Emigração Portuguesa 2016, apesar da emigração portuguesa ter deixado de crescer, Portugal continua a ser o país da UE (considerando apenas os países com mais de um milhão de habitantes) com mais emigrantes em proporção da população residente.<sup>16</sup>

Os principais destinos dos portugueses são o Reino Unido, a Suíça, a França e a Alemanha.<sup>17</sup> Apesar de ser na França onde vivem mais emigrantes portugueses, o Reino Unido merece especial atenção pois tornou-se o principal destino da emigração portuguesa desde 2011 e também pela sua atual situação perante a UE.<sup>18</sup>

Em 2015, entraram 32 mil portugueses no Reino Unido. Com esse afluxo de portugueses para o Reino Unido, passou de 34 mil portugueses emigrados em 2000 para 140 mil em 2015, um crescimento de 312% nesses 15 anos.<sup>19</sup>

No entanto, de acordo com uma notícia de 2016, o número de emigrantes portugueses que entrou no Reino Unido em 2016 caiu em 5%. Essa queda está em conformidade com o atual fluxo migratório geral após o voto para o *Brexit*.<sup>20</sup> No entanto, é importante frisar que ainda é cedo para analisar as consequências do *Brexit* no fluxo migratório para o Reino Unido, uma vez que a saída da UE ainda não ocorreu.

II. As mobilidades humanas também constituem um fenómeno importante na RAM. A história Madeira é marcada pela diáspora assim como o resto do país.

---

<sup>15</sup> PIRES, Rui Pena [et al.] – “Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016”, p. 21.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Idem, p. 22.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Idem, p. 218.

<sup>20</sup> Consultado em <http://observador.pt/2017/02/23/emigracao-portuguesa-para-o-reino-unido-caiu-5-em-2016/>; [13/03//2017].

Como o direito de emigrar e sair do país é um direito previsto na Constituição da República Portuguesa<sup>21</sup>, é difícil precisar o número de madeirenses fora de Portugal, mas segundo os dados do CCMM, há cerca de meio milhão de madeirenses (e seus descendentes) espalhados pelo mundo.<sup>22</sup>

O Reino Unido, atualmente, também lidera o destino dos madeirenses. Segundo informações do CCMM, os madeirenses lideraram a vaga mais recente de emigração portuguesa na região.<sup>23</sup>

### **3.1.2 Da adesão ao referendo.**

I. Em 1 de Janeiro de 1973, o Reino Unido aderiu às três Comunidades, que desde então evoluíram para se tornarem a UE de hoje. Por uma exigência constitucional, o Parlamento deu efeito ao direito da UE no Reino Unido, por meio do Ato de 1972 das Comunidades Europeias.<sup>24</sup> Essa legislação incorpora o Direito da União Europeia no direito interno e prevê a supremacia desse Direito. Além disso, exige que os tribunais britânicos sigam as decisões do TJUE.<sup>25</sup>

Embora tenha adotado os tratados da UE, o Reino Unido negociou importantes limitações à aplicação de certas políticas à UE. Além de ficar fora da adoção do euro, o Reino Unido ficou fora do Sistema Schengen e de outros assuntos de justiça e assuntos internos. Este estatuto especial é assegurado por um protocolo que foi negociado como parte do Tratado de Amsterdã.<sup>26</sup>

---

<sup>21</sup> Art. 44.º, nº 2 da CRP.

<sup>22</sup> Consultado em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>; [15/03/2017].

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> PARLIAMENT – “The EU Bill and Parliamentary Sovereignty”. Consultado em <https://www.publications.parliament.uk/pa/cm201011/cmselect/cmeuleg/633/63304.htm>; [04/04/2017].

<sup>25</sup> DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION – “Legislating for the United Kingdom’s withdrawal from the European Union”. White Paper, p. 13. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/604516/Great\\_repeal\\_bill\\_white\\_paper\\_accessible.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/604516/Great_repeal_bill_white_paper_accessible.pdf); [15/04/2017].

<sup>26</sup> TRATADO DE AMSTERDÃ. Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda. Consultado em <http://www.europarl.europa.eu/topics/treaty/pdf/amst-en.pdf>; [30/05/2017].

O Reino Unido e Irlanda permanecem fora do Espaço Schengen. Com Tratado de Amsterdã de 1997 ambos beneficiaram do direito de optar por disposições no futuro.<sup>27</sup> O artigo 4º de um protocolo anexo ao Tratado de Amsterdã concede ao Reino Unido (e à Irlanda) o direito de optar por algumas ou todas as disposições de Schengen.<sup>28</sup>

O Reino Unido manteve-se sempre em uma posição especial como Estado-Membro da UE, de certa forma à margem da integração europeia, fazendo uso sempre que possível das cláusulas de *opting out*.<sup>29</sup>

II. Dando continuidade à história do Reino Unido na UE, em 23 de janeiro de 2013, o ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido anunciou a intenção de negociar um novo acordo sobre os termos da adesão do Reino Unido à UE, para depois dar a oportunidade aos cidadãos britânicos de escolherem ficar ou sair da EU.<sup>30</sup>

Em junho 2015 foi publicada a Lei do Referendo da União Europeia que previa a realização, até final de 2017, de um referendo no Reino Unido e Gibraltar sobre se o Reino Unido deveria continuar a ser membro da UE.<sup>31</sup>

Em novembro do mesmo ano, o ex-Primeiro Ministro escreveu uma carta endereçada ao Presidente do Conselho Europeu Donald Tusk para apresentar as quatro áreas em que o Reino Unido procurava uma reforma. Ao aceitar reformas na área da governança econômica, competitividade, soberania e livre circulação, a UE estaria tratando das principais preocupações dos britânicos, proporcionando uma relação mais duradoura entre Reino Unido e a UE. Para isso a UE precisaria demonstrar flexibilidade para se adaptar as propostas do Reino Unido.<sup>32</sup>

---

<sup>27</sup> HOUSE OF LORDS LIBRARY NOTES - Schengen Agreement: A Short History. Consultado em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/LLN-2016-0013#fullreport>; [30/05//2017].

<sup>28</sup> Art. 4 do Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda do Tratado de Amsterdã. Consultado em <http://www.europarl.europa.eu/topics/treaty/pdf/amst-en.pdf>; [30/05//2017].

<sup>29</sup> RODRIGUES, J. N. Cunha - “As origens: as Comunidades e o Portugal de 1986 vs. 2016. As comunidades de 1986 e a União de 2016”, p 30.

<sup>30</sup> Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2013/jan/23/david-cameron-eu-speech-referendum>; [12/02//2017].

<sup>31</sup> Consultado em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/contents/enacted>; [10/03//2017].

<sup>32</sup> CAMERON, David – “Carta para o Presidente do Conselho Europeu Donald Tusk”. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/475679/Donald\\_Tusk\\_letter.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/475679/Donald_Tusk_letter.pdf); [03/03//2017].

A questão da livre circulação é extremamente delicada. Cameron declarou que o crescimento do número de imigrantes é insustentável, por isso defendeu que o Reino Unido deveria exercer um maior controle das pessoas que veem de dentro da Europa, não só dos que chegam de fora da UE. Destacou que o país está sofrendo uma pressão muito grande nas suas escolas, hospitais e serviços públicos em razão da livre circulação.<sup>33</sup>

Na reunião de dezembro de 2015, o Conselho Europeu debateu as propostas do Reino Unido nas quatro vertentes e os planos para o referendo sobre a saída ou permanência na União Europeia.<sup>34</sup>

Em fevereiro de 2016, os dirigentes da União Europeia conseguiram um acordo que reforça o estatuto especial do Reino Unido na UE, levando em considerações as preocupações apresentadas.<sup>35</sup>

Em 23 de junho de 2016, o novo acordo foi referendado pelo Reino Unido. Nesse dia os britânicos decidiram que desejam sair da União Europeia: foram 33.551.983 votos válidos no referendo, das quais 17,4 milhões de pessoas (51,9%) votaram para sair e 16,1 milhões (48,1%) votaram para permanecer na UE.<sup>36</sup> Uma votação muito apertada com consequências gigantes.<sup>37</sup>

Assim, o novo quadro para o Reino Unido na UE, acordado em fevereiro de 2016 não entrará em vigor e deixará de existir, não havendo, portanto, novas negociações para continuidade do Reino Unido na UE.<sup>38</sup>

II. A possibilidade de retirar-se da UE está prevista no art. 50.º do Tratado da União Europeia (TUE). Apesar de tal direito existir, a saída não é direta e envolve

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/uk/2016-uk-settlement-process-timeline/>; [22/02//2017].

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Consultado em <https://www.electoralcommission.org.uk/find-information-by-subject/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/electorate-and-count-information>; [20/03//2017].

<sup>37</sup> Os cidadãos britânicos, irlandeses e da Commonwealth com idade igual ou superior a 18 anos que residam no Reino Unido ou Gibraltar eram elegíveis para votar. Os cidadãos do Reino Unido residentes no exterior também eram elegíveis para votar, desde que tivessem sido registrados para votar em um endereço no Reino Unido nos últimos 15 anos.<sup>37</sup> Assim, ficaram de fora da votação todos os estrangeiros residentes no Reino Unido, incluindo os cidadãos da União Europeia, com exceção dos cidadãos naturais da Irlanda, Malta e Chipre. Consultado em <https://www.gov.uk/government/topical-events/eu-referendum/about>; [30/05//2017].

<sup>38</sup> Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/uk/2016-uk-settlement-process-timeline/>; [22/02//2017].

complexas e demoradas negociações sobre o futuro das relações entre o Reino Unido e a UE. Uma questão muito delicada e importante que deve ser abordada nessas negociações é o futuro dos cidadãos. É preciso saber se os cidadãos britânicos e os outros cidadãos da União Europeia terão os direitos adquiridos protegidos depois de consumada a saída do Reino Unido da UE.

A retirada do Reino Unido da EU passou a ser referida pelo termo *Brexit*, que é a abreviação de “British exit” da União Europeia. Esse termo começou a ser usado antes do referendo realizado em 2016 pela mídia e especialistas.<sup>39</sup>

III. David Cameron, que liderou a campanha pela permanência do Reino Unido na UE, anunciou sua renúncia logo após o resultado do referendo. Assim, Theresa May, que era a Secretária de Estado para os Assuntos Internos, foi para o cargo de Primeira-Ministra do Reino Unido para liderar as negociações de saída.

O resultado do referendo de 2016 não foi de celebração para muitas pessoas. O Presidente do Conselho Europeu Donald Tusk lamentou o resultado e confirmou que a União Europeia vive um momento histórico e difícil.<sup>40</sup>

Em 29 de junho de 2016 os Chefes de Estado ou Governo e os Presidente do Conselho Europeu e da Comissão Europeia emitiram uma declaração após o resultado do referendo. Declararam que não seria feito nenhum tipo de negociação até a data da notificação ao Conselho Europeu da intenção de retirada do Reino Unido da União Europeia. Anunciaram que a UE terá de lidar com novos desafios e está disposta a encará-los para, inclusive, impulsionar novas reformas para o desenvolvimento da UE e dos 27 Estados-Membros.<sup>41</sup>

### **3.1.3 Processo de saída (Art. 50º do Tratado da União Europeia)**

---

<sup>39</sup> HOUSE OF COMMONS LIBRARY – “Brexit Glossary”, p. 5. Consultado em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7840#fullreport>; [29/03/2017].

<sup>40</sup> Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>; [22/02/2017].

<sup>41</sup> Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2016/06/28-29/>; [22/02/2017].

I. Para manter o seu compromisso de implementar o resultado do referendo de junho de 2016, o governo britânico e a UE vão negociar as condições de saída nos termos do artigo 50.º do TUE.

O art. 50.º do TUE foi incorporado pelo Tratado de Lisboa (2009) e, prevê, pela primeira vez, de forma explícita o direito de sair da UE e a forma como fazê-lo. Este artigo refere, no seu n.º 1, que “qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respetivas normas constitucionais, retirar-se da União”.

II. Apesar de ser a primeira vez que o direito a sair esteja previsto expressamente no Tratado, de acordo com o ex-juiz do TJUE, David Edward, e com o professor de direito da Faculdade de Oxford, Derrick Wyatt, o direito de sair da UE já existia. Para David Edward era possível um Estado-Membro exercer seu direito de sair com base no direito internacional, desde que todos os Estados-Membros concordassem. Wyatt concordou, acrescentando que era politicamente inconcebível que “todos os Estados-Membros mais um pudessem comprometer um Estado Membro que não queria mais participar do acordo”.<sup>42</sup>

Assim, a grande importância do artigo 50.º do TUE não seria proporcionar o direito de sair da UE, mas sim de definir o procedimento para efetuar a saída. Portanto, a sua finalidade seria essencialmente processual.<sup>43</sup>

Há quem entenda que o Reino Unido poderia deixar a UE com a simples revogação da Lei das Comunidades Europeias (1972), que é a legislação que dá efeito ao Direito da União Europeia no Reino Unido. No entanto, um relatório publicado em 2016, da Câmara dos Lordes, afirma que se um Estado Membro decide sair da UE, o processo do artigo 50.º do TUE é o único meio de sair em conformidade com o Direito da União Europeia e o direito internacional.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> HOUSE OF LORDS – “The process of leaving the European Union: Revised transcript of evidence”. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/european-union-committee/the-process-of-leaving-the-eu/oral/30396.html>; [14/03//2017].

<sup>43</sup> HOUSE OF LORDS - “The process of withdrawing from the European Union”, p. 5. Consultado em <https://www.publications.parliament.uk/pa/ld201516/ldselect/ldcom/138/138.pdf>; [22/03//2017].

<sup>44</sup> Ibidem.

III. O artigo 50.º do TUE estabelece como será feita a saída. Nos termos do artigo, o Reino Unido deve notificar a sua intenção de saída da UE ao Conselho Europeu<sup>45</sup>. Ao ocorrer a notificação da intenção de saída, começa a correr o prazo de dois anos para a negociação de um acordo que estabeleça as condições dessa saída<sup>46</sup>. Esse acordo é negociado nos termos do nº 3, do artigo 218.º, do TFUE.<sup>47</sup>

Quando entrar em vigor o acordo de saída ou, na sua falta, passado o prazo de dois anos após a notificação da saída, a menos que haja prorrogação, os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado que está deixando a UE. A prorrogação é possível com a decisão por unanimidade do Conselho Europeu com o acordo do Estado-Membro em causa.<sup>48</sup>

IV. Questão controvertida foi aquela que dizia respeito a saber quem deveria ser responsável no Reino Unido para notificar o Conselho Europeu nos termos do art. 50.º, n.º 2, do TUE. Após uma batalha judicial, a Suprema Corte do Reino Unido decidiu em janeiro no caso *Gina Miller*<sup>49</sup> que o Parlamento britânico deve ser consultado antes da aplicação do artigo 50.º do TUE.<sup>50</sup> Assim, o governo teve de elaborar um projeto legislativo para ser aprovado pelas duas câmaras do Parlamento.

A decisão da Suprema Corte, não tinha como função decidir o mérito sobre o *Brexit*, nem os detalhes de como a saída irá ocorrer. As decisões trataram sobre qual seria o órgão competente no Reino Unido para enviar a notificação à UE ao abrigo do art. 50.º do TUE. A questão central era saber se o governo poderia dar início ao processo, utilizando da prerrogativa real ou se precisaria acionar o Parlamento.<sup>51</sup>

O núcleo central do argumento do demandante (Miller) é que a lei das Comunidades Europeias de 1972, promulgada pelo Parlamento, conferia direitos oriundos da ordem jurídicas da UE aos cidadãos no Reino Unido e que os direitos assim concedidos pelo Parlamento não podiam ser retirados pelo governo. Para Mark Elliot, ao invocar este argumento, o demandante baseou-se no princípio de que os poderes jurídicos

---

<sup>45</sup> Art. 50.º, n.2 do TUE.

<sup>46</sup> Art. 50.º, n.3 do TUE.

<sup>47</sup> Art. 50.º, n.2 do TUE.

<sup>48</sup> Art. 50.º, n.3 do TUE.

<sup>49</sup> *Gina Miller* foi a autora da denúncia que alegou que o governo não podia fazer uso da prerrogativa real para aplicar o art. 50.º do TUE.

<sup>50</sup> UKSC 5, de 24 de Janeiro de 2017.

<sup>51</sup> PEERS, Steve – “The judgment in *Miller*: Representative Democracy Strikes Back”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/01/the-judgment-in-miller-representative.html>; [15/03//2017].



do Parlamento são constitucionalmente superiores às prerrogativas executivas do Governo e que, por conseguinte, este deve ceder ao primeiro.<sup>52</sup>

A Alta Corte britânica decidiu que os direitos substantivos decorrentes da legislação da UE em matéria de trabalho, meio ambiente, consumidor, concorrência e livre circulação não podiam ser suprimidos apenas pelo exercício do direito de retirada de tratados internacionais reconhecidos ao Executivo.<sup>53</sup>

A Suprema Corte decidiu por maioria (8-3) que o consentimento do Parlamento é necessário. Essa Corte considerou que os termos da Lei das Comunidades Europeias de 1972, que deram efeito à adesão do Reino Unido à UE, são incompatíveis com o exercício pelo governo do poder de retirar-se da UE sem autorização do Parlamento. Além disso, a saída representa uma mudança fundamental ao introduzir mudanças substanciais nos direitos dos cidadãos britânicos que também devem ser debatidas no Parlamento.<sup>54</sup>

Também ficou decidido que os parlamentos da Escócia, da Irlanda do Norte e do País de Gales não terão a oportunidade de aplicar o artigo 50.º do TUE para a saída do Reino Unido.

V. Importante ressaltar que na sequência do referendo, voltou à tona a questão da independência da Escócia. 62% dos votos válidos na Escócia optaram pela permanência na UE e o governo acredita que um “*hard brexit*” pode prejudicar interesses econômicos, culturais e sociais da Escócia<sup>55</sup>.

Nesse sentido, em 13 de março de 2017, a Primeira-Ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, anunciou que o governo escocês quer começar um processo para realizar um segundo referendo de independência, para proteger os interesses da Escócia.<sup>56</sup> Isso segue

---

<sup>52</sup> ELLIOT, MARK – “Analysis The Supreme Court’s Judgment in *Miller*”. Consultado em <https://publiclawforeveryone.com/2017/01/25/1000-words-the-supreme-courts-judgment-in-miller/>; [27/03//2017].

<sup>53</sup> ELEFThERIADIS, Pavlos – “The Systematic Constitution”. Consultado em <https://ukconstitutionallaw.org/2017/01/30/pavlos-eleftheriadis-the-systematic-constitution/#comments>; [19/04//2017].

<sup>54</sup> PEERS – “The judgment in *Miller*...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/01/the-judgment-in-miller-representative.html>; [15/03//2017].

<sup>55</sup> SCOTTISH GOVERNMENT – “Scotland’s Place in Europe”, p. vi. Consultado em <http://www.gov.scot/Resource/0051/00512073.pdf>; [30/05//2017].

<sup>56</sup> Consultado em <http://www.bbc.com/news/live/uk-scotland-scotland-politics-39255256>; [30/05//2017].

a rejeição do governo britânico às alternativas apresentadas pelo governo escocês em relação ao *Brexit*.<sup>57</sup>

Apesar do interesse em permanecer na UE, a independência da Escócia não significa buscar a adesão imediata à UE. De acordo com a Primeira-Ministra, se votarem pela independência, o país pode inicialmente participar do EEE.<sup>58</sup>

Para Steve Peers, a Escócia independente poderia inicialmente ser associada à UE por um tempo até conseguir a adesão. Essa situação já seria mais próxima do que a futura relação do Reino Unido e UE, especialmente, porque o governo britânico tem a intenção de deixar o mercado único e a união aduaneira.<sup>59</sup>

Além do futuro das relações entre Escócia e UE, levanta-se a questão de como a Escócia independente poderia se tornar Estado-Membro da UE. Steve Peers apresenta duas possibilidades, por meio do art. 48 do TUE ou do art. 49 do TUE. O art. 48 do TUE poderia possibilitar alterar o Tratado para que onde apareça a palavra “Reino Unido” seja substituído pela palavra “Escócia”, o que levaria a Escócia a manter a posição do Reino Unido na UE. Para ele, essa seria uma forma viável e legal, uma vez que existe precedente no Tratado de Lisboa, no artigo 2.º, n.ºs 2 prevê toda uma série de alterações, por exemplo, substituindo “Comunidade” por “União” onde quer que pareça.<sup>60</sup>

No entanto, a posição da UE é que a Escócia independente deve passar pelo processo de adesão nos termos do art. 49 do TUE. Quando um país se torna independente, esse estado independente deve se candidatar à adesão da UE de acordo com as regras<sup>61</sup>.

VI. Durante as discussões entre especialistas surgiu a questão sobre a possibilidade de reversão da notificação da intenção de saída da UE. Para o Derrick Wyatt, não há nada no artigo 50.º do TUE que impeça formalmente um Estado-Membro de rever sua decisão de saída no decurso das negociações de retirada. É por isso que o

---

<sup>57</sup> PEERS – “Scotland, the EU and ‘indyref2’: the legal issues”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/scotland-eu-and-indyref2-legal-issues.html>; [30/05//2017].

<sup>58</sup> Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2017/may/14/sturgeon-independent-scotland-may-need-phased-return-to-eu>; [30/05//2017].

<sup>59</sup> PEERS – “Scotland, the EU and ‘indyref2’...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/scotland-eu-and-indyref2-legal-issues.html>; [30/05//2017].

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/13/independent-scotland-would-have-to-apply-to-join-eu-commission-says>; [30/05//2017].

próprio artigo 50.º, n.º 5, do TUE prevê a possibilidade de pedir novamente a adesão, através do artigo 49.º do TUE, de um Estado que já tenha se retirado. O que não é o caso de um Estado que desiste da retirada durante as negociações<sup>62</sup>, pois durante esse tempo o Estado-Membro em causa continua a fazer parte da UE. Como já foi explicado, o Estado em causa continua a ser membro da UE até à entrada em vigor do acordo de saída, ou na falta deste, dois anos após a notificação de intenção de saída ao Conselho Europeu, a menos que seja prorrogado o prazo.<sup>63</sup>

Aurel Sari também acredita que é possível revogar a notificação de intenção de saída. Este autor rebateu alguns argumentos do Lord Pannick proferidas na decisão da Alta Corte britânica no caso Miller em resposta à questão de saber se o Reino Unido poderia revogar a sua notificação de intenção de saída da UE. Para Aurel Sari, os procedimentos desencadeados pela notificação da intenção de retirar-se da UE não precisam necessariamente ser cumpridos. E entende que o argumento de que se não está expresso no tratado não é possível, não é convincente.<sup>64</sup>

Como a revogação da notificação não é um assunto explícito no Tratado, o argumento é discutível. Para Steve Peers, a notificação de retirada não pode ser revogada. Para este autor, o artigo 50.º do TUE prevê apenas duas possibilidades de atrasar a retirada de um Estado-Membro da UE após a notificação: uma prorrogação do prazo ou uma data diferente prevista no acordo de retirada. Não há sugestão de que esta é uma lista não exaustiva e, portanto, não é possível revogar a notificação. Além disso, entende que se os autores do Tratado pretendessem que existisse outros meios para continuar a ser membro da UE depois da notificação de retirada, teriam certamente feito expressamente no Tratado.<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> HOUSE OF LORDS – “The process of leaving the European Union: Revised...”. Consultado em

<http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/european-union-committee/the-process-of-leaving-the-eu/oral/30396.html>; [14/03//2017].

<sup>63</sup> Artigo 50.º, n.3 do TUE.

<sup>64</sup> SARI, Aurel – “Biting the Bullet: Why the UK Is Free to Revoke Its Withdrawal Notification under Article 50 TEU”. Consultado em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/10/17/aurel-sari-biting-the-bullet-why-the-uk-is-free-to-revoke-its-withdrawal-notification-under-article-50-teu/>; [21/04//2017].

<sup>65</sup> PEERS – “Article 50 TEU: The uses and abuses of the process of withdrawing from the EU”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2014/12/article-50-teu-uses-and-abuses-of.html>.; [15/03//2017].

VII. Em 29 de março de 2017 foi dado mais um passo importante para o processo de saída do Reino Unido da UE. A Primeira-Ministra Theresa May notificou, por meio de uma carta, o Conselho Europeu, a intenção do Reino Unido sair da EU, nos termos do artigo 50.º, n.º 2 do TUE.<sup>66</sup>

Na sequência, outro passo importante foi dado nos termos do art. 50.º, n.º 2, do TUE. Em 31 de março de 2017 foi elaborado e publicado pela UE um esboço com as diretrizes e princípios para a negociação.<sup>67</sup> Essa disposição estabelece que a negociação do acordo que estabelece as condições da sua saída, deve ocorrer com base nas orientações do Conselho Europeu. Não é o esboço de um acordo que será apresentado ao Reino Unido, o qual deve ser aceito ou não. São diretrizes para a negociação.

E, em 29 de abril de 2017, essas orientações do Conselho foram publicadas com algumas alterações. As alterações relevantes para a pesquisa serão indicadas no próximo ponto.<sup>68</sup>

Como não há precedentes e nenhuma jurisprudência do TJUE acerca da aplicação do art. 50.º do TUE, não se sabe quais os efeitos jurídicos dessa disposição. Steve Peers questiona, por exemplo, ao analisar as orientações do Conselho, o que pode acontecer se o acordo não seguir as diretrizes da UE.<sup>69</sup>

### **3.1.4 Possíveis cenários de saída: *hard Brexit* e *soft Brexit*. Questão binária?**

I. A Primeira Ministra Teresa May declarou que *Brexit means Brexit*. Já se sabe que *Brexit* significa a saída do Reino Unido da União Europeia, resta entender o que a Primeira-Ministra quis dizer com tal declaração.

Sabe-se que o acordo que estabelecerá as condições de saída será negociado nos termos do art. 50.º do TUE, mas o conteúdo do acordo de saída ainda é incerto. Não é possível confirmar qual será o cenário exato do relacionamento futuro entre Reino Unido

---

<sup>66</sup> MAY, Theresa – “Carta de notificação de saída do Reino Unido da União Europeia”. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>; [02/04//2017].

<sup>67</sup> Consultado em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/31/full-eus-draft-guidelines-brexit-negotiations/>; [17/04//2017].

<sup>68</sup> CONSELHO EUROPEU – “Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º) para as negociações do Brexit”. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/29-euco-brexit-guidelines/>; [05/05//2017].

<sup>69</sup> PEERS – “Guide to the Brexit Negotiations”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/04/guide-to-brexit-negotiations.html>; [20/04//2017].

e UE. Tudo o que é possível saber é através dos discursos e documentos oficiais publicados pelo Reino Unido e UE.

Há quem diga que por enquanto só há especulações sobre o futuro, mas com base nesses documentos e discursos, é possível traçar um possível cenário de como será a saída do Reino Unido da UE. A certeza que se tem é que a saída trará inúmeras consequências, principalmente com relação as futuras relações do Reino Unido com o mercado único, união aduaneira e com relação ao futuro dos cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido e dos cidadãos britânicos que vivem nos Estados-Membros da UE.

II. Seis meses depois de os britânicos terem votado pela mudança, a primeira-ministra Theresa May fez um discurso indicando as intenções do governo com relação à implementação do *Brexit*. Nesse discurso, Theresa May declara que um dos objetivos é reconstruir um Reino Unido mais justo para todos que vivem e trabalham no país. Acreditam que para alcançar tal objetivo um dos meios seja garantindo o controle da imigração vindo da Europa.<sup>70</sup>

Além disso, Theresa May declara que esse objetivo e tantos outros apresentados no discurso são incompatíveis com o mercado único, pois ser membro do mercado único significa aceitar as quatro liberdades: de pessoas, serviços, bens e capital. Por isso, deixa claro que não pretende ser membro do mercado único, mas procuram alcançar um novo e ambicioso Acordo de Livre Comércio.<sup>71</sup>

Declara também que é um objetivo garantir os direitos dos cidadãos da União Europeia que já vivem no Reino Unido, e os direitos dos britânicos que vivem nos outros Estados Membros.<sup>72</sup>

III. No *White Paper* publicado em fevereiro, o governo ressalta que o Reino Unido tem sofrido pressão nos serviços públicos em razão dos níveis recordes de entrada no Reino Unido. Portanto, para reconstruir um país mais justo, reafirmam o objetivo de assegurar o controle do número de pessoas indo para o Reino Unido da UE por meio da implementação gradual de um novo sistema de imigração. Assim, os imigrantes que veem

---

<sup>70</sup> Consultado em <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/full-text-theresa-may-brexit-speech-global-britain-eu-european-union-latest-a7531361.html>; [03/03//2017].

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Idem.

da UE estarão sujeitos à legislação do Reino Unido e não mais à diretiva que trata da livre circulação de pessoas.<sup>73</sup>

Steve Peers considerou esse White Paper muito parecido com o discurso de Theresa May, só que com alguns gráficos e estatísticas adicionados. Considerou-o vago e pouco detalhado sobre as opções de relações do futuro pós-*Brexit*.<sup>74</sup>

Para Steve Peers, a implementação gradual do novo sistema de imigração significa um acordo provisório com a UE, o que implicaria a manutenção da livre circulação de pessoas por algum tempo. Ele acredita que essa é uma questão que, provavelmente, será um ponto de barganha nas negociações.<sup>75</sup> Assim, parece que os direitos dos cidadãos serão utilizados para garantir bons acordos comerciais.

O governo, por meio do *White Paper*, também trata dos direitos dos cidadãos da União Europeia. Declara que pretendem assegurar o estatuto de cidadãos da União Europeia. Além disso, afirma que enquanto o Reino Unido for membro da UE, os direitos dos nacionais da UE que vivem no Reino Unido permanecem inalterados. Tal como previsto tanto na Diretiva relativa à livre circulação da UE (artigo 16.º da Diretiva 2004/38/CE), como na legislação do Reino Unido, aqueles que viveram de forma contínua e legal num país há pelo menos cinco anos têm automaticamente o direito permanente de residência.<sup>76</sup>

IV. Apesar da intenção de assegurar o estatuto de cidadão da união europeia, o governo teve a oportunidade de garantir os direitos e acalmar os ânimos dos cidadãos no projeto de lei de notificação de saída da EU, mas não o fez. Tal projeto, elaborado depois da decisão do Suprema Corte do Reino Unido que obrigou o governo a ter a aprovação do Parlamento para aplicar o art. 50.º do TUE, dando início à saída da EU, não prevê garantia aos direitos dos cidadãos.

---

<sup>73</sup> HM GOVERNMENT – “The United Kingdom’s exit...”. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02//2017].

<sup>74</sup> PEERS – “As Bad as it Gets: the White Paper on Brexit”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/02/as-bad-as-it-gets-white-paper-on-brexit.html>; [20/03//2017].

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> HM GOVERNMENT – “The United Kingdom’s exit...”. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02//2017].

A Câmara Alta do Parlamento propôs duas emendas que foram rejeitadas pela Câmara Baixa. Uma das emendas pretendia inserir no texto do projeto de lei um compromisso do governo para que oferecesse garantias aos cidadãos europeus residentes no Reino Unido.<sup>77</sup>

Essa era uma oportunidade de o Reino Unido garantir unilateralmente os direitos dos cidadãos da União Europeia. Steve Peers inclusive acredita que há muitas chances do Reino Unido utilizar o direito de livre circulação como barganha para garantir bons acordos,<sup>78</sup> mas preferia que o Reino Unido garantisse os direitos dos cidadãos da União Europeia mesmo que unilateralmente, sem a manifestação da UE com relação aos direitos dos cidadãos britânicos, em razão dos princípios da humanidade e equidade, mas também para reduzir as tensões nas negociações.<sup>79</sup>

O Lord Howard of Lympne também concorda que o governo deveria adotar, ou até já ter adotado, uma posição unilateral garantindo aos cidadãos da União Europeia que já trabalham e estudam podem continuar a viver no Reino Unido. Ademais, o Lord Howard of Lympne considera que há três direitos mais importantes que devem ser garantidos mesmo que unilateralmente sem esperar qualquer reciprocidade: viver, trabalhar e estudar.<sup>80</sup>

Já Anthony Speaight QC sugere que no dia da saída Reino Unido deve anunciar unilateralmente, não como uma questão de barganha, que converterá todos os direitos de residência permanente de cinco anos nos termos dos acordos da UE no direito de licença por tempo indeterminado para permanecer.

No entanto, essa é uma questão controversa e o governo parece querer ter essa carta na manga quando iniciar as negociações com a UE. Assim, após votação do projeto de lei e a rejeição das emendas, foi dado poderes para a Primeira-Ministra Theresa May avançar com a ruptura do Reino Unido com a UE, ativando o artigo 50.º do TUE.

---

<sup>77</sup> Consultado em <http://observador.pt/2017/03/13/brexit-processo-avanca-sem-estarem-garantidos-direitos-dos-cidadaos-europeus/>; [14/03//2017].

<sup>78</sup> PEERS - “As Bad as it Gets...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/02/as-bad-as-it-gets-white-paper-on-brexit.html>; [20/03//2017].

<sup>79</sup> PEERS – “Bargaining Chips No More: The Status of EU and UK citizens after Brexit”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2016/12/bargaining-chips-no-more-status-of-eu.html>; [20/03//2017].

<sup>80</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights: corrected oral evidence”. Evidence Session No. 4. Questions 27 – 31. Consultado <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42105.html>; [12/04//2017].



V. Na sequência, em 29 de março o Conselho Europeu foi notificado da intenção do Reino Unido de deixar a UE. De acordo com esta carta de notificação, o governo vai apresentar a Grande Lei da Revogação (“*Great Repeal Bill*”) que irá revogar a Lei das Comunidades Europeias de 1972, que permite a aplicação do Direito da União Europeia no Reino Unido. Esta legislação transformará, na medida do possível e de forma prática, o corpo do direito da União em vigor (o “acervo”) na legislação britânica, com o objetivo de garantir a segurança jurídica para os cidadãos britânicos ou qualquer outro cidadão da União Europeia que faça negócios no Reino Unido.<sup>81</sup>

Nos termos da carta de notificação, é objetivo alcançar uma parceria com a UE de cooperação securitária e econômica, mas se um acordo não for alcançado, a posição é que terão que acordar nos termos da Organização Mundial do Comércio.<sup>82</sup>

A primeira-ministra apresentou nesta carta os princípios que vão nortear as discussões e o processo de saída do Reino Unido, que são: cooperação sincera entre as partes; colocar os cidadãos em primeiro lugar; trabalhar em conjunto para minimizar a interrupção abrupta (saída suave e ordenada); dar atenção para a relação entre Reino Unido e Irlanda do Norte; iniciar discussões técnicas sobre questões políticas; trabalhar em conjunto para proteger os valores comuns europeus.<sup>83</sup>

Apesar de ainda ser incerto o futuro dos cidadãos, a primeira-ministra afirma que no centro das negociações devem sempre estar os interesses dos cidadãos, e por isso visa alcançar um acordo sobre seus direitos em breve.

Em resposta, a UE declara que a prioridade é minimizar a incertezas causada aos cidadãos, empresas e demais Estados-Membros pela decisão do Reino Unido.<sup>84</sup>

A este propósito, Steve Peers menciona que um ponto positivo é a concordância da UE e Reino Unido acerca da prioridade de alcançar mais cedo um acordo sobre os direitos dos cidadãos.<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup> MAY, Theresa – “Carta de notificação...”, p. 2. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>; [02/04//2017].

<sup>82</sup> Idem, p. 3.

<sup>83</sup> Idem, p. 4/5.

<sup>84</sup> Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>; [23/03//2017].

<sup>85</sup> PEERS – “Guide to...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/04/guide-to-brexite-negotiations.html>; [20/04//2017].



VI. No dia seguinte à notificação da saída foi publicado um novo *White Paper*, em 30 de março de 2017, sobre a Grande Lei da Revogação que descreve os elementos mais importantes do direito interno no processo de saída do Reino Unido da União Europeia e demonstra de que maneira será assegurada a continuidade legal mantendo as normas da UE.<sup>86</sup>

O *White Paper* de março, afirmando alguns planos já apresentados pelo governo britânico, indica os três principais objetivos do Projeto de Lei. Entre os objetivos estão: revogar a Lei das Comunidades Europeias e devolver o poder para as instituições britânicas; converter a lei da UE aplicada no Reino Unido e manter as leis feitas no Reino Unido para implementar as obrigações da UE; criar poderes delegados para corrigir problema na legislação que existam em decorrência da saída.<sup>87</sup> Além disso, confirma que o Reino Unido continuará a aplicar o Direito da União Europeia até o dia da saída, a menos que o acordo de saída especifique de outra forma, ou que se acorde prorrogar o prazo, ou caso o Reino Unido decida revogar a a notificação (caso tal seja possível).<sup>88</sup>

Ademais, declaram que com a saída da UE a jurisdição do TJUE vai acabar no Reino Unido. No entanto, para assegurar a segurança jurídica, o Projeto de Lei irá prever que qualquer questão que surja sobre o direito derivado do Direito da União Europeia será resolvida pelos tribunais britânicos com referência à jurisprudência do TJUE pré-*Brexit*.

Steve Peers acredita que os tribunais britânicos podem presumivelmente optar por considerar a jurisprudência do TJUE mesmo que não sejam obrigados a isso. Além disso, a regra do primado não se aplicará à legislação britânica pós-*Brexit*, mas ainda se aplicará as leis britânicas pré-*Brexit* que estejam em conflito com a legislação da UE anterior ao *Brexit*.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION – “Legislating for...”. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/604516/Great\\_repeal\\_bill\\_white\\_paper\\_accessible.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/604516/Great_repeal_bill_white_paper_accessible.pdf); [15/04//2017].

<sup>87</sup> Idem, p. 12.

<sup>88</sup> PEERS – “The White Paper on the Great Repeal Bill: Invasion of the Parliamentary Control Snatchers”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/the-white-paper-on-great-repeal-bill.html>; [10/04//2017].

<sup>89</sup> PEERS - “The White Paper on the Great Repeal Bill...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/the-white-paper-on-great-repeal-bill.html>; [10/04//2017].

A outra mudança apresentada relevante para esse trabalho é a não conversão da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em legislação nacional. O Reino Unido entende que muitos dos direitos protegidos pela Carta já estão assegurados em outros instrumentos internacionais já ratificados pelo Reino Unido.<sup>90</sup> Portanto, como não haverá a conversão da Carta, a legislação da UE aplicada no Reino Unido será interpretada após o *Brexit* tendo em conta as convenções sobre direitos humanos aplicáveis, como, por exemplo, a CEDH ou outros diplomas internacionais.<sup>91</sup>

O governo reafirmou a intenção de redesenhar um sistema de imigração para assegurar o controle do número de pessoas que vem da UE, que será aplicado de forma gradual para permitir que todos tenham tempo de se adaptar.<sup>92</sup>

Além de pretender assegurar os direitos dos cidadãos, controlar a imigração e assegurar um acordo de livre comércio com a UE, há outros objetivos do Reino Unido com a saída, como: dar segurança jurídica à saída; ter controle sobre as suas leis e pôr um fim à jurisdição do TJUE; reforçar a união entre os países do Reino Unido; reforçar a ligação com a Irlanda, mantendo o espaço de livre circulação entre os países; proteger os direitos trabalhistas; garantir novos acordos comerciais com países terceiros; garantir incentivo à inovação e ciência; cooperar na luta contra o terrorismo e o crime.<sup>93</sup>

VII. Na visão da UE, por meio das orientações do Conselho emitidas conforme o art. 50.º do TUE, o objetivo principal das negociações consistirá em assegurar uma retirada ordenada com a introdução progressiva das novas regras, afim de reduzir as incertezas, na medida do possível, para minimizar as perturbações e prejuízos causados por esta mudança abrupta.<sup>94</sup> Na primeira fase das negociações está previsto proporcionar aos cidadãos (também as empresas, partes interessadas e parceiros internacionais) a maior

---

<sup>90</sup> DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION - “Legislating for...”, p. 18. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/604516/Great\\_repeal\\_bill\\_white\\_paper\\_accessible.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/604516/Great_repeal_bill_white_paper_accessible.pdf); [15/04/2017].

<sup>91</sup> PEERS – “The White Paper on the Great Repeal Bill...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/the-white-paper-on-great-repeal-bill.html>; [10/04/2017].

<sup>92</sup> HM GOVERNMENT – “The United Kingdom’s exit...”, p. 27. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02/2017].

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Consultado em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/31/full-eus-draft-guidelines-brexit-negotiations/>; [17/04/2017].

clareza e segurança jurídica possível sobre os efeitos imediatos da retirada do Reino Unido.<sup>95</sup>

No ponto de vista do Conselho, a segunda fase da negociação seria dedicada ao enquadramento das relações futuras. O Conselho entende que a conclusão do acordo sobre as relações futuras deve ocorrer quando o Reino Unido se tornar país terceiro. O tempo para a negociação é muito curto, inclusive, para permitir discussão ainda mais complexas sobre o futuro do relacionamento entre UE e Reino Unido.<sup>96</sup> Essa não é uma questão pacífica. Theresa May em seu discurso de janeiro declarou que o Reino Unido pretende alcançar um acordo sobre a relação futura entre Reino Unido e UE até o prazo previsto no art. 50.º do TUE.<sup>97</sup>

VIII. Antes de todas essas declarações do Reino Unido e da UE, a mídia e especialistas levantaram dois cenários possíveis de saída: a saída *hard* (conhecida como *hard Brexit*) e a saída *soft* (conhecida como *soft Brexit*).

Na *hard Brexit*, o Reino Unido deixaria a EU mais rapidamente, provavelmente, com um Acordo de Livre Comércio com a UE. Se esse acordo não fosse alcançado, há a possibilidade de recorrer às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa última opção seria realmente uma saída difícil e de consequências bem duras.

Na saída mais suave (*soft Brexit*) provavelmente seria negociada a permanência no EEE. Nesse cenário o Reino Unido aceitaria as quatro liberdades fundamentais de pessoas, bens, serviços e capital. O cenário mais *soft* é baseado no modelo aplicado na Noruega, país membro do EEE, que permite um acesso privilegiado ao mercado único.

A Primeira-Ministra Teresa May em suas entrevistas e discursos declarou que considera errado pensar na saída da UE como uma escolha binária. Isto é, que teriam de escolher entre a *hard Brexit* ou *soft Brexit*, ou entre o livre comércio e a livre circulação de pessoas.

No seu discurso de janeiro, Theresa May declara que não há possibilidade de ser um membro parcial da UE, ou um membro associado, ou qualquer coisa que deixe o

---

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Consultado em <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/full-text-theresa-may-brexite-speech-global-britain-eu-european-union-latest-a7531361.html>.; [05/06/2017].

Reino Unido meio dentro e meio fora. Além disso, acrescentou que não procuram um modelo já existente em outros países.<sup>98</sup>

Assim, parece que na verdade o Reino Unido quer uma saída à inglesa, o que a Primeira-Ministra chamou de *red, white and blue Brexit*.<sup>99</sup> Esse termo foi usado para descrever o tipo de saída que pretende alcançar, isto é, um *Brexit* certo para o Reino Unido, um acordo que alcance um negócio certo para o Reino Unido.<sup>100</sup>

Com relação aos acordos comerciais, confirmam que não pretendem ser membros do mercado único e vão perseguir uma nova estratégia de parceria com a UE. O objetivo é alcançar um acordo comercial de bens e serviços mais livre possível entre Reino Unido e UE.<sup>101</sup> Chegaram a afirmar que se nenhum acordo comercial benéfico for atingido, que as regras da OMC podem vir a ser aplicadas nas novas relações.

Diante de tudo que foi exposto, e apesar da Primeira Ministra não aceitar rotular a saída como *hard* ou *soft*, o Reino Unido está com o perfil de perseguir uma saída “mais *hard*”, mas ainda é cedo para bater o martelo, pois há do outro lado das negociações a UE que também pretende assegurar uma ruptura menos abrupta possível. Há grandes chances de ter algum lado mais descontente com os resultados, até porque muitos ficaram contrariados com o resultado do referendo. O que se espera é que os mais prejudicados não sejam os cidadãos da União Europeia (incluindo os cidadãos britânicos).

### **3.2 Consequências do *Brexit* para os direitos dos cidadãos da União Europeia.**

#### **3.2.1 A cidadania europeia e seus direitos.**

I. O direito de todos os cidadãos da União Europeia e dos membros da sua família de viver, trabalhar ou estudar em qualquer Estado-Membro da UE é um aspecto fundamental da UE. Todos esses direitos em conjunto com outros direitos da UE,

---

<sup>98</sup> Consultado em <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/full-text-theresa-may-brexith-speech-global-britain-eu-european-union-latest-a7531361.html>; [03/03//2017].

<sup>99</sup> ARMSTRONG, Angus – “The UK-EU trade relationship”, p. 29. Consultado em <http://ukandeu.ac.uk/brexit-six-months-on/>, p. 29; [20/01//2017].

<sup>100</sup> HOUSE OF COMMONS LIBRARY – “Brexit Glossary”, p. 5. Consultado em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7840#fullreport>; [29/03//2017].

<sup>101</sup> HM GOVERNMENT – “The United Kingdom’s exit...”. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02//2017].

transformaram a vida dos cidadãos da União Europeia e os membros da sua família. As pessoas fizeram escolhas, mudanças com base nesses direitos. Por essas razões que é fundamental que o acordo garanta de forma recíproca no dia da retirada a salvaguarda dos direito e estatutos dos cidadãos da União Europeia e do Reino Unido afetados pela retirada, decorrentes do direito da UE.<sup>102</sup>

II. Em 1993, com o Tratado de Maastrich, foi introduzida no Direito da União Europeia a cidadania europeia. O processo da integração europeia deixou de ter um viés somente econômico e assumiu também um compromisso político e social.<sup>103</sup> A partir daí qualquer nacional de um Estado-Membro também seria cidadão da UE.<sup>104</sup> A nacionalidade do Estado-Membro seria uma pré-condição para adquirir o estatuto da cidadania europeia.<sup>105</sup>

Atualmente, o conceito de cidadania europeia está consagrado no art. 20.º do TFUE. A cidadania europeia engloba os seguintes direitos: (i) de circular e permanecer no Estados-Membros<sup>106</sup>; (ii) de votar e de ser eleito nas eleições municipais do Estado membro onde reside e nas eleições do Parlamento Europeu<sup>107</sup>; (iii) de ser beneficiar da proteção de uma autoridade diplomática de outro Estado membro da UE no território de países terceiros onde não esteja representado<sup>108</sup>; (iv) de petição ao Parlamento Europeu<sup>109</sup>; (v) dirigir-se ao Provedor de Justiça; (vi) dirigir-se por escrito a qualquer instituição e órgãos consultivos da UE<sup>110</sup>.

A utilização do critério da nacionalidade na atribuição da cidadania europeia implica uma subordinação às leis de nacionalidade dos Estados-Membros. Como a atribuição da nacionalidade é uma competência exclusiva dos Estados, fica o conceito de cidadania dependente dos direitos dos Estados-Membros, não podendo a UE atribuir a

---

<sup>102</sup> Consultado em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/31/full-eus-draft-guidelines-brexit-negotiations/>; [17/04//2017].

<sup>103</sup> MESQUITA, Maria José Rangel de – “As facetas da cidadania na integração europeia”, p. 193

<sup>104</sup> Art. 20 do TFUE.

<sup>105</sup> HOUSE OF LORDS - “Brexit: acquired rights”, p. 7. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

<sup>106</sup> Art. 20, n.º 2, a) do TFUE.

<sup>107</sup> Art. 20, n.º 2, b) do TFUE.

<sup>108</sup> Art. 20, n.º 2, c) do TFUE.

<sup>109</sup> Art. 20, n.º 2, d) e art. 24 do TFUE.

<sup>110</sup> Art. 20, n.º 2, d) e art. 24 do TFUE.

cidadania com base em critérios independentes, como o *jus soli*, o *jus sanguinis* ou a residência.<sup>111</sup>

Como a cidadania europeia acresce à nacionalidade do Estado-Membro, há quem considere que há uma desigualdade das condições de acesso, uma vez que os Estados-Membros podem ter diferentes regras para adquirir a sua nacionalidade. Isso gera formas de atribuição desiguais da nacionalidade, condicionando o acesso a cidadania europeia e, consequentemente, aos direitos das pessoas.<sup>112</sup> O que coloca indivíduos muitas vezes em situações idênticas sujeitos a tratamentos diferenciados apenas em razão da nacionalidade.<sup>113</sup>

A dependência da cidadania europeia à nacionalidade dos Estados-Membros pode ter uma consequência negativa para os indivíduos que podem vir a perder a nacionalidade de um Estado-Membro, uma vez que isso implicaria a perda da cidadania europeia e dos direitos que lhe são inerentes, como, por exemplo, a livre circulação.<sup>114</sup>

### **3.2.1.1 Direito à liberdade de circulação e de residência.**

I. A liberdade de circulação de pessoas é uma das liberdades fundamentais consagrada no direito da UE. É um componente do mercado único e gera consequências positivas para a economia e mercado de trabalho. Abre-se a possibilidade de trabalhar, estudar, viajar.

De acordo os dados disponibilizados pelo Eurobarómetro de 2016, 56% dos cidadãos europeus veem a circulação de pessoas, bens e serviços como as realizações mais positivas da UE.<sup>115</sup> Apesar de muitos reconhecerem os benefícios, a liberdade de circulação pode colocar algumas dificuldades aos Estados-Membros que enfrentam um afluxo de imigrantes. A crise económica e dos refugiados reacendeu o debate em alguns

---

<sup>111</sup> MARTINS, Ana Maria Guerra – “A cidadania da União Europeia”, p. 279.

<sup>112</sup> Idem, p. 280.

<sup>113</sup> MARTINS, Ana Maria Guerra – “A cidadania da União Europeia”, p. 283.

<sup>114</sup> Idem, p. 281.

<sup>115</sup> COMISSÃO EUROPEIA – “European citizenship”. Standard Eurobarómetro 85, p. 4. Consultado em <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/STANDARD/surveyKy/2130>; [05/03/2017].

Estados-Membros sobre o impacto da livre circulação nos serviços públicos e segurança.<sup>116</sup>

Os trabalhadores da UE já se beneficiavam do direito de trabalhar num outro Estado-Membro da UE com o Tratado de Roma em 1957.<sup>117</sup> Atualmente, esse direito esse direito encontra-se estabelecido no art. 45 do TFUE.

II. Em 1985, em Schengen, no Luxemburgo, foi assinado entre Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e Holanda, o Acordo para a eliminação dos controlos nas fronteiras internas. Apenas em 1995 entrou em vigor a Convenção que delinearía as modalidades práticas para a implementação do acordo.<sup>118</sup>

O projeto europeu continuou a desenvolver-se. Em 1997, o Tratado de Amsterdã integrou todo o acervo de Schengen na esfera comunitária, o que gerou novas competências para a UE no âmbito de fronteiras, asilo, vistos, cooperação policial em matéria penal, cooperação judiciária em matéria penal, cooperação em matéria de direito civil.<sup>119</sup> Atualmente, Schengen compreende uma área de liberdade, segurança e justiça, cujo pilar fundamental é a confiança mútua, e ocupa um lugar importantíssimo na ação da UE.<sup>120</sup>

O Espaço Schengen conta com 26 países, dos quais 22 são Estados-Membros da EU e quatro países associados: Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, assim como Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.<sup>121</sup>

Fazer parte do Espaço Schengen significa que os países acima mencionados devem: abolir o controle das fronteiras internas para todas as pessoas entre os países do Espaço Schengen; aplicar medidas para reforçar a harmonização dos controlos das suas fronteiras externas (o que significa que tanto um cidadão da EU como os nacionais de

---

<sup>116</sup> PARLAMENTO EUROPEU – “Livre circulação de pessoas”, p. 3. Consultado em [http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU\\_2.1.3.pdf](http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.1.3.pdf); [11/04//2017].

<sup>117</sup> Art. 48 do [Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia](#) (Tratado de Roma).

<sup>118</sup> COELHO, Carlos – “Schengen: o garante da integração e diversidade europeias. Não há União Europeia sem Schengen”, p. 322.

<sup>119</sup> COELHO – “Schengen: o garante da integração...”, p. 320.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> COMISSÃO EUROPEIA – “Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen”. Consultado em [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen\\_brochure/schengen\\_brochure\\_dr3111126\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf); [07/04//2017].

países terceiros não são objeto de controle de fronteira entre os países do Espaço Schengen); aplicar política comum em matéria de vistos para estadias de curta duração; aplicar cooperação judiciária e policial; estabelecer e desenvolver do Sistema de Informação Schengen (SIS).<sup>122</sup>

A manutenção e o desenvolvimento da UE como um espaço de liberdade, segurança e justiça em que seja garantida a livre circulação de pessoas foram incluídos pelo Tratado de Amsterdã entre os objetivos da UE. No entanto, esse espaço é o resultado de várias fases que se desenvolveu dentro e fora da UE. Fora da UE, com a criação do Espaço Schengen. Dentro, com o Acto Único Europeu, com o Tratado de Maastrich, com o Tratado de Amsterdã.<sup>123</sup>

O Reino Unido aplica o acervo de Schengen relativamente à cooperação policial e judicial em matéria criminal, excluindo o domínio do controle nas fronteiras, internas e externas e vistos.

A história de transformação do espaço sem fronteiras internas, ou seja, num espaço de liberdade, segurança e justiça é marcada pela resistência. O Tratado de Amsterdã consagrou o direito do Reino Unido e da Irlanda de não participar da parte mais nuclear do ELSJ que é a desativação das fronteiras internas.<sup>124</sup>

Isso se deve, provavelmente, pelo fato de que todos os aspectos mais federais da UE (união aduaneira, união econômica, união monetária e cidadania europeia), o espaço de liberdade, segurança e justiça é um dos que menos se alinha com a soberania dos Estados-Membros.<sup>125</sup>

III. Para permitir que a Comunidade também concedesse direitos de residência a pessoas que não exerciam atividade profissional foram aprovadas diretivas em 1990. Em 2004 foi aprovada uma nova diretiva – a Diretiva 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para consolidar os diferentes textos legislativos que já existiam e para ter em conta a jurisprudência ligada à circulação de pessoas. A diretiva é relativa ao direito

---

<sup>122</sup> Idem, p. 2.

<sup>123</sup> PIÇARRA, Nuno – “O Tratado de Lisboa e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, p. 131.

<sup>124</sup> PIÇARRA – “O Tratado de Lisboa...”, p. 132.

<sup>125</sup> Idem, p. 131.



de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros.<sup>126</sup>

A diretiva também é aplicada aos estados da Espaço Económica Europeia (EEE): Noruega, Lichtenstein e Islândia. Os nacionais desses países também beneficiam-se com a cidadania europeia quando trabalham e residem em um Estado-Membro.

A Diretiva 2004/38/CE estabelece o direito de entrada e saída. Todo cidadão da união europeia, munido com bilhete de identidade ou passaporte válidos, e seus membros da família sem nacionalidade de um Estado-Membro munido de passaporte válido, têm o direito de sair do território de um Estado-Membro.<sup>127</sup> Para possibilitar tal direito, a diretiva prevê que todo Estado-Membro deve permitir que todo cidadão da união europeia e membro da sua família munidos de documentos válidos entrem no seu território.<sup>128</sup>

Além do direito de livre circulação, todos os cidadãos da UE têm o direito de residir em outro Estado-Membro da UE por até três meses, apenas munido de um bilhete de identidade ou passaporte válido.<sup>129</sup> A estadia pode ultrapassar os três meses, mas o cidadão da união europeia ou o membro da sua família, caso não exerça uma atividade profissional, tem de possuir recursos financeiros e seguro de saúde para não se tornar um peso para os serviços públicos do país.<sup>130</sup> Após cinco anos de residência legal consecutiva no território do Estado-Membro, o cidadão terá direito à residência permanente.<sup>131</sup>

É importante notar que os cidadãos da União Europeia podem exercer diretamente os direitos previstos na Diretiva em qualquer Estado-Membro da UE. Não é exigido o consentimento do Estado-Membro anfitrião. É por esta razão que os cidadãos da União Europeia não dependem de emissão de documento de autorização de residência para terem o direito de residir no território de outro Estado-Membro. Contudo, esse benefício acaba gerando dificuldades quando os cidadãos da União Europeia precisam provar residiram legalmente durante cinco anos para obter a residência permanente.<sup>132</sup>

---

<sup>126</sup> PARLAMENTO EUROPEU – “Livre...”, p. 3. Consultado em [http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU\\_2.1.3.pdf](http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.1.3.pdf); [11/04//2017].

<sup>127</sup> Art. 4.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>128</sup> Art. 5.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>129</sup> Art. 6.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>130</sup> Art. 7.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>131</sup> Art. 16.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>132</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 9. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

### **3.2.2 O Reino Unido e os direitos da cidadania europeia.**

I. Como já foi referido, o Reino Unido não faz parte do Espaço Schengen, mas participa de alguns aspectos da cooperação policial e judiciária e o Sistema de Informação Schengen. Portanto, o Reino Unido tem o direito de controlar as entradas dos cidadãos vindos da UE, mas devido as regras da livre circulação de pessoas previstos no Tratado da UE e no artigo 21.º do TFUE, deve garantir a livre circulação de pessoas da UE e membros de sua família.<sup>133</sup>

O Regulamento de Imigração (Espaço Econômico Europeu) de 2016 aplicam e interpretam as obrigações do Reino Unido ao abrigo da Diretiva de Livre Circulação e Residência (Diretiva 2004/38/CE) no direito interno.<sup>134</sup>

No Reino Unido também é conferido ao abrigo dessas legislações o direito de livre circulação e residência aos nacionais do Espaço Econômico Europeia.<sup>135</sup>

II. Os cidadãos da União Europeia podem viver no Reino Unido por até 3 (três) meses desde que sejam titular de um bilhete de identidade válido ou um passaporte válido de Estado-Membro. Nesse período inicial de três meses nada mais é exigido.<sup>136</sup> Note-se que os cidadãos não precisam provar que estão exercendo o direito de livre circulação como pessoa qualificada nos termos da legislação britânica.

De acordo com a legislação, pessoa qualificada é o nacional de um país da EEE que seja: trabalhador; pessoa a procura de trabalho; trabalhador independente, pessoa que disponha de recursos suficientes para si próprio ou estudante.<sup>137</sup>

---

<sup>133</sup> PEERS – “The UK and the Schengen system”. Consultado em <http://ukandeu.ac.uk/the-uk-and-the-schengen-system/>; [10/04//2017].

<sup>134</sup> UK VISA AND IMMIGRATION – “EEA and Swiss nationals: free movement rights”, p. 4. Consultado em <https://www.gov.uk/government/publications/eea-and-swiss-nationals-free-movement-rights>; [17/04//2017].

<sup>135</sup> Os nacionais do EEE são os nacionais da Noruega, Islândia e Liechtenstein (países membros da EFTA) e nacionais dos Estados-Membros da UE. A Suíça apesar de fazer parte da EFTA não é parte do EEE, mas seus nacionais e membros da família tem os mesmos direitos de livre circulação que os nacionais da EEE.

<sup>136</sup> UK VISA AND IMMIGRATION – “EEA and Swiss nationals...”, p. 16. Consultado em <https://www.gov.uk/government/publications/eea-and-swiss-nationals-free-movement-rights>; [17/04//2017].

<sup>137</sup> The Immigration (European Economic Area) Regulations 2016, n.º 6.

Esse cidadão não pode se tornar um peso excessivo para o sistema de segurança social do Reino Unido durante sua residência. Se isso ocorrer, pode ser afastado do território do Reino Unido, deixando de ter o direito de residência.<sup>138</sup>

Para estender sua residência para além dos 3 (três) meses, só é permitido se o cidadão da união europeia for pessoa qualificada nos termos da lei britânica<sup>139</sup>.

Um cidadão da união europeia adquire automaticamente a residência permanente depois de ter vivido por 5 anos consecutivos.<sup>140</sup> No entanto, o relatório *Brexit: acquired right* da Câmara dos Lordes levantou que muitos cidadãos têm dificuldades práticas na obtenção das provas do direito de residência permanente no Reino Unido. Muitos cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido não conseguem provar que cumpriram os critérios para a residência permanente pois acreditavam no mito de que viver 5 anos consecutivos dava o direito à residência permanente.<sup>141</sup> No entanto, estudantes e pessoas não ativas economicamente, por exemplo, os idosos, precisam provar que possuem seguro de saúde privado. Apesar de todo cidadão da União Europeia residente no Reino Unido estar inscrito no serviço nacional de saúde (*UK's National Health Service*), para ter o direito à residência permanente, a legislação exige que os cidadãos não ativos<sup>142</sup> e os estudantes<sup>143</sup> provem que tiveram um seguro de saúde particular durante os 5 anos consecutivos de residência.<sup>144</sup>

O *Brexit* pode trazer graves consequências para esses cidadãos que já vivem há anos no Reino Unido mas não se qualificam para adquirir os direitos de residência permanente, pois parece haver um grande mal entendido sobre como faz parar adquirir tais direitos.<sup>145</sup>

---

<sup>138</sup> The Immigration (European Economic Area) Regulations 2016, n.º 23 (6).

<sup>139</sup> The Immigration (European Economic Area) Regulations 2016, n.º 6.

<sup>140</sup> UK VISA AND IMMIGRATION – “EEA and Swiss nationals...”, p. 18. Consultado em <https://www.gov.uk/government/publications/eea-and-swiss-nationals-free-movement-rights>; [17/04/2017].

<sup>141</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 10. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02/2017].

<sup>142</sup> The Immigration (European Economic Area) Regulations 2016, n.º 4, (1), (c), (ii).

<sup>143</sup> The Immigration (European Economic Area) Regulations 2016, n.º 4, (1), (d) (ii).

<sup>144</sup> Este requisito também está previsto no art. 7.º, (b) e (c) da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>145</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 10. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02/2017].

### **3.2.3 O impacto do *Brexit* sobre o direito dos cidadãos da União Europeia no Reino Unido**

I. A saída do Reino Unido da UE levantará questões fundamentais sobre as políticas de imigração e sobre os direitos dos cidadãos da União Europeia no Reino Unido. A nova política a ser aplicada pelo Reino Unido pode vir a variar entre a manutenção do direito de livre circulação de pessoas e residência até a aplicação aos cidadãos da UE das regras de imigração de cidadãos não comunitários.<sup>146</sup>

O que vai acontecer aos direitos da cidadania europeia depende da forma e do conteúdo de qualquer acordo futuro entre a UE e o Reino Unido.

A cidadania europeia dá muitos direitos e liberdades aos cidadãos nacionais dos Estados-Membros. A grande dúvida é saber qual o futuro desses direitos e liberdades com a saída do Reino Unido da UE.

Como já foi previamente exposto, todos os cidadãos da União Europeia e os membros da sua família beneficiam de um direito de residência noutro Estado da UE por um período máximo de três meses para qualquer fim. Eles têm o direito de residir por mais de três meses se exercerem atividade assalariada ou não assalariada, se forem auto-suficientes ou estudantes.<sup>147</sup> O direito de residência permanente pode ser adquirido após cinco anos de residência legal no Estado-Membro de acolhimento.<sup>148</sup>

II. Importante destacar alguns direitos relacionados com a livre circulação de pessoas que estão em jogo com a retirada do Reino Unido da UE. O artigo 21.º do TFUE estabelece o direito de circular e permanecer noutro Estado-Membro tal como estabelecido na Diretiva 2004/38/CE. Para além do direito de circular e de residir livremente em toda a UE, o art. 45.º do TFUE estabelece os direitos de livre circulação dos trabalhadores. Além disso, há um conjunto de direitos que resguardam o direito a livre circulação, como, por exemplo, a proteção contra a discriminação em razão da nacionalidade<sup>149</sup> e disposições para coordenar a segurança social, medidas necessárias

---

<sup>146</sup> THE MIGRATION OBSERVATORY - “COMMENTARY: What would UK immigration policy look like after Brexit?”. Consultado em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/commentaries/uk-immigration-policy-look-like-brexit/>; [17/04/2017].

<sup>147</sup> Art. 7.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>148</sup> Art. 16.º da Diretiva 2004/38/CE.

<sup>149</sup> Art. 18.º do TFUE.

para estabelecer a livre circulação do trabalhador, protegendo o próprio trabalhador e às pessoas que deles dependam<sup>150</sup>.

Assim, o direito de livre circulação de pessoas é concedido aos cidadãos da União Europeia ao abrigo do direito da UE e dá origem a um conjunto diverso de direitos. Todo esse conjunto de direitos existe para que os cidadãos possam usufruir da liberdade de circulação sem interferências e obstáculos. Óbvio que ainda há muito a progredir, mas o direito da UE desenvolve-se para que esse direito possa ser aproveitado em toda sua essência. No entanto, com a equivocada ligação da crise dos refugiados com os ataques terroristas que a Europa vem sofrendo, com os movimentos populistas de extrema direita e, mais precisamente, com o *Brexit*, o futuro de todos esses direitos é alvo de grande mistério e preocupação.

III. Já houve quem acreditasse que o Reino Unido pudesse aceitar a livre circulação em troca do acesso ao mercado único. No entanto, depois das manifestações oficiais do governo, não parece que esse será o resultado das negociações. O Reino Unido não está disposto a aceitar a livre circulação para continuar a fazer parte do mercado único. O controle do fluxo migratório é uma questão muito importante e foi uma das razões que levou a votação para a saída da UE.

Com a notificação de saída do Reino Unido da UE, a Lei das Comunidades Europeias de 1972, que dá efeito ao Direito da União Europeia no Reino Unido será revogada.<sup>151</sup> Mesmo que o corpo do direito da UE seja transformado em legislação interna, é certo que a legislação que trata do direito de livre circulação de pessoas será modificado. Não se sabe ainda qual será a política migratória adotada para os cidadãos da União Europeia, mas como um dos principais motivos para a saída foi o desejo de ter de volta o controle da migração, é certo que muita coisa mudará e que o direito de livre circulação está com os dias contados.

IV. O Reino Unido declarou que pretende garantir o estatuto da cidadania europeia. Até o dia da saída do Reino Unido da UE, os cidadãos que completarem 5 anos

---

<sup>150</sup> Art. 48.º do TFUE.

<sup>151</sup> MAY - “Carta de notificação...”, p. 2. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>; [02/04/2017].

consecutivos de residência automaticamente terão o direito de residir permanentemente nos termos da Diretiva 2004/38/CE.<sup>152</sup> Portanto, parece que os cidadãos que completarem 5 anos de residência até o dia da saída estão em uma situação mais confortável, no entanto ainda não se sabe qual a situação daqueles que irão completar cinco anos de residência só após a saída. Muitos ficarão sujeitos as novas regras migratórias que serão implementadas no Reino Unido.

Uma das garantias até agora confirmada é que os direitos dos cidadãos da União Europeia serão preservados até a saída ocorrer, que pode ser 2 anos contados a partir de 29 de março de 2017 (data da notificação), ou da data que entrar em vigor o acordo de saída (sem contar que o prazo pode ser prorrogado de acordo com as regras do Tratado). No entanto, quando a saída ocorrer o Reino Unido deverá introduzir critérios para a admissão dos cidadãos da União Europeia. Tais critérios podem ser diversos e serão negociados com a UE. De acordo com as orientações do Conselho Europeu, serão negociações com base na reciprocidade e no princípio da não discriminação dos nacionais dos Estados-Membros.<sup>153</sup>

V. Nos documentos oficiais, o governo britânico declarou que pretende alterar a política migratória de acordo com as necessidades econômicas e do mercado, e que os trabalhadores qualificados serão bem-vindo no país.

Uma das opções apresentada pela mídia e especialistas foi o sistema de pontos já utilizados na Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Esse sistema funciona como uma forma de selecionar os trabalhadores migrantes de acordo com as suas qualificações, em razão, por exemplo, da formação, dos idiomas e da experiência. Não necessariamente é preciso que o trabalhador tenha uma autorização de trabalho com o patrocínio do empregador.

---

<sup>152</sup> HM GOVERNMENT - “The United Kingdom’s exit...”, p. 29/30. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02//2017].

<sup>153</sup> CONSELHO EUROPEU – “Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º)...”. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/29-euco-brexite-guidelines/>; [05/05//2017].

Especialistas do *Migration Observatory* observam que o sistema de pontos usados por esses países, que apresentam políticas migratórias mais liberais, tem como objetivo admitir mais pessoas do que as pessoas que conseguem patrocínio do empregador.<sup>154</sup>

Theresa May em um discurso na cimeira do G 20 na China declarou que o sistema de pontos não garante o objetivo pretendido pelas pessoas que votaram pela saída. As pessoas que votaram para pela saída, votaram para ter algum controle sobre a livre circulação de pessoas vindo da UE para o Reino Unido. Afirmou, assim, que este não é um sistema adequado para um país que pretende diminuir a entrada de migrantes e obter o controle rígido da migração. Ela acredita que aceitar automaticamente todos que se enquadram nas qualificações requeridas facilita a pratica do abuso. Assim, declarou que que o objetivo é desenvolver um sistema que permita que o governo possa decidir quem vai entrar no país.<sup>155</sup> Portanto, assim sabemos o que o Reino Unido não quer para o seu futuro, mas continuamos sem respostas de quais serão as novas políticas que afetaram os cidadãos que já vivem ou que pretendem viver o país.

Uma possibilidade é a aplicação das disposições aplicáveis aos nacionais de países terceiros, isto é, não nacionais de Estado-Membro ou do EEE, que estão previstas nas Regras de Imigração do Reino Unido e são consideravelmente mais restritivas. Uma mudança para o estatuto de nacional de país terceiro teria como consequência uma perda potencial de direitos muito importantes como já foi dito nesse capítulo.<sup>156</sup>

Assim, a medida mais adequada e mais conveniente para os cidadãos da União Europeia seria o Reino Unido conduzir uma saída coordenada da UE através da negociação de disposições transitórias para proteger os direitos dos cidadãos da União Europeia que vivem no Reino Unido e os cidadãos britânicos que vivem nos outros Estados-Membros da UE.<sup>157</sup>

---

<sup>154</sup> THE MIGRATION OBSERVATORY - “COMMENTARY: What would...”. Consultado em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/commentaries/uk-immigration-policy-look-like-brexit/>; [17/04//2017].

<sup>155</sup> MAY, THERESA - Conferência da Primeira-Ministra na Cimeira do G20. China, 04-05/09/2016. Consultado em <https://www.gov.uk/government/speeches/g20-summit-china-prime-ministers-press-conference-5-september-2016>; [17/04//2017].

<sup>156</sup> DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>157</sup> Idem.



VI. Outra questão muito delicada é a intenção que a Primeira-Ministra Theresa May e outros conversadores já demonstraram em restringir os direitos dos cidadãos da União Europeia de trazer suas famílias para o Reino Unido.<sup>158</sup> Apesar de a CEDH não incluir no seu rol de direitos o direito ao reagrupamento familiar, o seu art. 8.º cria a obrigação para os Estados respeitarem a vida familiar de todos os indivíduos.<sup>159</sup> Assim, não permitir que cidadãos da União Europeia levem seus familiares para o Reino Unido poderá ser considerado uma violação a CEDH.

Nesse contexto, o TEDH baseia seus argumentos nas circunstâncias do caso concreto e não na existência de um direito ao reagrupamento familiar. O Tribunal procura indagar a existência da vida familiar e fatores como a situação do país de origem, constituição prévia da família ao ato da imigração e existência de filhos nascidos no Estado de acolhimento.<sup>160</sup>

As orientações do Conselho da Europa estabelecem que os direitos dos cidadãos da União Europeia devem ser estendidos aos membros da sua família.<sup>161</sup> E a Comissão Europeia acrescenta que o acordo deve abranger os cidadãos da União Europeia que passaram a residir no Reino Unido antes da retirada, incluindo os membros da família que o acompanharam ou que vieram a se juntar a eles em qualquer momento antes ou depois da data de retirada.<sup>162</sup>

### **3.3 Os direitos adquiridos em casos de retirada de um Estado-Membro.**

#### **3.3.1 O que são direitos adquiridos em casos de retirada de de um Estado-Membro?**

---

<sup>158</sup> Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2017/may/03/may-expected-to-challenge-right-of-eu-citizens-to-bring-family-to-britain-non-european-spouses-brexit>; [10/05//2017].

<sup>159</sup> MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; CASTRO, Joana Morais e - “Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal”, p. 99 Consultado em <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+53.pdf/966d8e07-8fea-4088-ad3f-1e2149ce6b38>. [30/05//2017].

<sup>160</sup> Idem, p.102

<sup>161</sup> CONSELHO EUROPEU – “Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º)...”. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/29-euco-brexit-guidelines/>; [05/05//2017].

<sup>162</sup> COMISSÃO EUROPEIA – “Recomendação ao Conselho Europeu”. Consultado em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations\\_3-may-2017\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations_3-may-2017_en.pdf); [05/05//2017].



I. O Direito da União Europeia concede aos cidadãos da União Europeia uma imensa variedade de direitos. Esses direitos fazem parte da “esfera jurídica”<sup>163</sup> dos cidadãos da União Europeia.<sup>164</sup> A grande questão no contexto do *Brexit* é saber se os direitos já exercidos ao abrigo do Direito da União Europeia seriam reconhecidos como direitos adquiridos e ainda aplicáveis e executáveis após a saída do Reino Unido da UE.<sup>165</sup>

De acordo com Sionaidh Douglas-Scott, os direitos adquiridos são direitos que não são automaticamente perdidos se um tratado ou lei forem revogados. Se os direitos adquiridos forem reconhecidos, uma vez que uma pessoa (ou empresa) os tenha exercido, eles não podem ser removidos, mesmo no caso, por exemplo, de independência, sucessão de Estados ou saída da UE.<sup>166</sup>

Para Vaughan Lowe a categoria dos direitos adquiridos não se estende além dos direitos de propriedade e de certos direitos contratuais. Os direitos de viver, trabalhar, receber cuidados médicos e se aposentar num Estado-Membro da UE em que não é nacional não seriam incluídos nessa categoria.<sup>167</sup>

II. Existem alguns especialistas que sugerem que, de acordo com o direito internacional consuetudinário, mesmo que o tratado seja denunciado, há algumas obrigações dos tratados que continuam a existir protegendo os direitos adquiridos.<sup>168</sup>

Sionaidh Douglas-Scott argumenta que mesmo que alguns advogados especialistas entendam que os tratados de direitos humanos podem vincular os Estados sucessores, isso não traz tantas consequências no caso do *Brexit*, uma vez que os direitos

---

<sup>163</sup> TJUE - Acórdão de 5 de fevereiro de 1963 – “van Gend en Loos”. Processo 26-62.

<sup>164</sup> DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh - “What Happens to ‘Acquired Rights’ in the Event of a Brexit?”. Consultado em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/05/16/sionaidh-douglas-scott-what-happens-to-acquired-rights-in-the-event-of-a-brexit/>; [05/02//2017].

<sup>165</sup> DOUGLAS-SCOTT - “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>166</sup> DOUGLAS-SCOTT - “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>167</sup> QC LOWE, Vaughan — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0002)”. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/38137.html>; [16/04//2017].

<sup>168</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

da cidadania europeia, e em particular o direito de circulação e residência, não são estritamente enquadrados como direitos humanos.<sup>169</sup>

### **3.3.2 O Direito da União Europeia e os direitos adquiridos.**

No art. 50.º do TUE não há menção em relação a proteção dos direitos adquiridos. Nem qualquer outra disposição dos Tratados estabelece regras específicas para a proteção dos direitos adquiridos. Tal falta de previsão contrasta com alguns tratados internacionais, como a CEDH<sup>170</sup>, ou o Tratado da Carta da Energia, que preveem proteção específica aos direitos adquiridos em caso de denúncia dos respetivos tratados.<sup>171</sup>

O n. 2, do art. 50.º do TUE, prevê a possibilidade de estabelecer as condições de retirada, tendo em conta o quadro da futura relação do estado de saída com a UE, mas não faz nenhuma exigência para os termos desse acordo. É recomendável e há a possibilidade de que o Reino Unido e a UE estabeleçam acordos com relação aos direitos dos cidadãos, mas não estão obrigados a fazê-lo.<sup>172</sup>

O Direito da União Europeia vai além do direito previsto nos tratados, regulamentos e diretivas, há também princípios gerais reconhecidos que vinculam os Estados-Membros e as instituições da UE. Apesar de não haver um princípio que proteja diretamente os direitos adquiridos, há o princípio da segurança jurídica, reconhecido no Direito da União Europeia pelo TJUE<sup>173</sup> que tem relação com os princípios da não retroatividade e da confiança legítima.<sup>174</sup>

---

<sup>169</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>170</sup> Art. 58 da CEDH “Esta denúncia não pode ter por efeito desvincular a Alta Parte Contratante em causa das obrigações contidas na presente Convenção no que se refere a qualquer facto que, podendo constituir violação daquelas obrigações, tivesse sido praticado pela dita Parte anteriormente à data em que a denúncia produz efeito”.

<sup>171</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>172</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>173</sup> TJUE - Acórdão de 14 de maio de 1975. Caso 74/74.

<sup>174</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

Atualmente, o direito aplicado no Reino Unido que não cumprir os princípios gerais da UE pode ser contestado e desaplicado.<sup>175</sup> No entanto, para Sionaidh Douglas-Scott na retirada, os princípios gerais da UE deixariam de ser uma fonte de direito no Reino Unido. Assim, é improvável que, no caso da *Brexit*, os princípios gerais do direito da UE possam proteger os direitos adquiridos nos tribunais britânicos.<sup>176</sup>

### **3.3.3 O Direito Internacional e os direitos adquiridos.**

I. Se não houver, ou se o acordo não prever adequadamente os direitos, há quem acredite que o Direito Internacional seja capaz de proteger os direitos adquiridos. Duas observações já estão sendo feitas desde a época do referendo: que o art. 70.º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados salvaguardaria os direitos da UE pós-*Brexit*, e que a doutrina do direito internacional consuetudinário dos direitos adquiridos salvaguardaria os direitos da UE pós-*Brexit*.<sup>177</sup>

O art. 70.º, n.º 1, b) da Convenção prevê que a cessação de um tratado “não prejudica qualquer direito, obrigação ou situação jurídica das Partes criados pelo cumprimento do tratado, antes da cessação da sua vigência.” Sionaidh Douglas-Scott considera que esse entendimento parece ser um equívoco e que seria muito cautelosa em reivindicar o direito internacional como uma clara fonte de proteção para os direitos adquiridos.<sup>178</sup>

O ponto crucial desse artigo é que as “partes” são os “Estados Partes nesse tratado”.<sup>179</sup> O artigo não diz nada sobre os direitos, obrigações ou situação legal dos

---

<sup>175</sup> DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION – “Legislating for...”, p. 32. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/604516/Great\\_repeal\\_bill\\_white\\_paper\\_accessible.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/604516/Great_repeal_bill_white_paper_accessible.pdf); [15/04//2017].

<sup>176</sup> DOUGLAS-SCOTT - “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>177</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 25. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

<sup>178</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>179</sup> Art. 2, n.º 1, g) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

indivíduos.<sup>180</sup> Além disso, a Comissão de Direito Internacional, no seu comentário sobre o alcance do artigo 70.º, alínea b), (artigo 66.º do projeto de Convenção de Viena), rejeitou expressamente que a norma esteja relacionada aos direitos adquiridos de indivíduos.<sup>181</sup>

II. Para Vaughan Lowe é muito improvável que a doutrina do direito internacional dos direitos adquiridos tenha um papel significativo nos processos legais decorrentes da implementação da *Brexit*.<sup>182</sup>

Vaughan Lowe explica que o princípio dos direitos adquiridos tinha sido desenvolvido para proteger uma gama de direitos de propriedade sob o direito internacional, em circunstâncias em que o gozo desses direitos era ameaçado por um Estado estrangeiro.<sup>183</sup>

Em termos gerais, Vaughan Lowe elenca uma categoria dos direitos de propriedade protegidos pela doutrina dos direitos adquiridos baseado nos estudos de O'Connell, tais como: imóveis, incluindo interesses adquiridos em terrenos, tais como arrendamentos, propriedade pessoal, propriedade intelectual, como patentes e direitos autorais, ágio de negócios, interesses em empresas, tais como ações e ações, direitos contratuais, direitos de pensão ligados a contribuições, depósitos em contas bancárias, sentenças e sentenças arbitrais.<sup>184</sup>

Para complementar, explica que a essência de um direito adquirido é que ele não deve ser "uma expectativa contingente, e que deveria ter um valor económico, o que sugere que ele deve ser capaz de ser transferido".<sup>185</sup>

---

<sup>180</sup> QC LOWE — “Brexit: acquired rights... (AQR0002)”. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/38137.html>; [16/04/2017].

<sup>181</sup> COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL - Comentários ao projeto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. 1966.

<sup>182</sup> QC LOWE — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0002)”. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/38137.html>; [16/04/2017].

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> QC LOWE — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0003)”. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/39768.html>; [16/04/2017].

<sup>185</sup> Idem.

### **3.3.4 A proteção de direito conferidos pelos Direito da União Europeia ao abrigo de fontes alternativas.**

O estudo “*Brexit: the immediate legal consequences*” afirma que os cidadãos da União Europeia afetados pela retirada do Reino Unido da UE podem usufruir dos direitos previstos na CEDH, em particular, o art. 8.º da Convenção e o artigo 1.º do Protocolo 1.<sup>186</sup>

Para o contexto do *Brexit*, consideram que o mais relevante na CEDH são o direito à vida familiar e privada, nos termos do artigo 8.º, e o direito ao gozo pacífico da propriedade, nos termos do artigo 1.º do Protocolo I. O artigo 8º seria susceptível de ser invocado para tentar impedir deportações de cidadãos da União Europeia pós-*Brexit*, caso essa seja uma prática aplicada. E o artigo 1.º do Protocolo 1 seria invocado para proteger o direito a posse de bens corpóreos e incorpóreos adquiridos ao abrigo do direito da UE.<sup>187</sup>

Para Douglas-Scott muitos dos direitos que são derivados da legislação da UE simplesmente não são replicados em outros instrumentos. Em grande parte, os direitos que os cidadãos gozam ao abrigo da legislação da UE não serão abrangidos por outros instrumentos. Apesar disso, acredita que pode ser útil o Protocolo I e o art. 8.º da CEDH.<sup>188</sup>

A CEDH não é uma convenção elaborada no seio da União Europeia. Foi adotada no âmbito de uma organização internacional, o Conselho da Europa em 1950. Para Vaughan Lowe este fato não é particularmente importante neste contexto. A CEDH trata da forma como os governos tratam as pessoas. Importante é saber como o Governo pretende tratar os direitos de cidadania europeia. Isto é como o Governo pretende estabelecer um quadro legislativo para a sua proteção.<sup>189</sup>

---

<sup>186</sup> GORDON QC. MOFFAT – “Brexit: The Immediate...”, p. 62. Consultado em <https://www.consoc.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/Brexit-PDF.pdf>; [10/02//2017].

<sup>187</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 33. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

<sup>188</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 1. Questions 1 – 8. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/38196.html>; [14/04//2017].

<sup>189</sup> Idem.

Douglas-Scott confirma que o artigo 8º poderia útil na prevenção de deportações de nacionais da UE no Reino Unido ou de nacionais britânicos noutros Estados da UE que já não tinham o direito de residir.<sup>190</sup>

A CEDH pode oferecer uma via mais provável para proteger alguns direitos da UE em um litígio que venha a surgir depois da saída da UE do que a doutrina do direito internacional dos direitos adquiridos. A CEDH dispõe de um mecanismo no Reino Unido efetivo de aplicação na Lei dos Direitos Humanos.<sup>191</sup>

Importante destacar que Theresa May defende a saída do Reino Unido da CEDH. Justificou esse interesse em um discurso dizendo que a CEDH já atrasou e impediu a deportação de extremistas perigosos. E acredita que a CEDH não acrescenta nada para a prosperidade do país.<sup>192</sup>

Além disso, a restrição dos direitos dos cidadãos da União Europeia de trazer suas famílias para o Reino Unido pelo governo britânico também poderia ser considerada uma violação do art. 8.º do CEDH.

### **3.4 Acordo de saída**

I. É recomendável que haja um acordo de saída da UE, e que este dê clara e devida proteção os direitos dos cidadãos da União. Deve tratar dos direitos dos cidadãos da União Europeia que estão atualmente vivendo e trabalhando no Reino Unido, e também do direitos cidadãos do Reino Unido que vivem e trabalham em outros Estados-Membros.<sup>193</sup>

O relatório *Brexit: acquired rights* da Câmara dos Lordes conclui que a forma mais eficaz de proteger os direitos adquiridos ao abrigo do direito da UE após a saída do Reino Unido é salvaguardando-os no acordo de retirado celebrado nos termos do art. 50.º do TUE.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> DOUGLAS-SCOTT — “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04//2017].

<sup>191</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 33. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

<sup>192</sup> Consultado em <https://www.theguardian.com/politics/2016/apr/25/uk-must-leave-european-convention-on-human-rights-theresa-may-eu-referendum>; [29/05//2017].

<sup>193</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights, p. 36. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

<sup>194</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

O direito de todos os cidadãos da União Europeia e dos membros da sua família de viver, trabalhar ou estudar em qualquer Estado-Membro da UE é um aspecto fundamental da ordem jurídica da UE. Todos esses direitos transformaram a vida das pessoas e refletiram nas suas escolhas e mudanças. Por isso é tão importante que o acordo não seja discriminatório e que se baseie num equilíbrio de direitos e obrigações e que assegure condições equitativas.<sup>195</sup>

Para Steve Peers, o acordo não ser discriminatório significa que não haverá negociações bilaterais sobre a questão dos direitos dos cidadãos da União Europeia.<sup>196</sup>

O Lord Howard de Lympne QC entende que os três direitos mais importantes da UE que deveriam ser salvaguardados são o direito de viver, trabalhar e estudar no Reino Unido. Ele acredita que o direito da livre circulação de pessoas deve terminar com a retirada do Reino Unido da UE, mas está confiante que regras nacionais flexíveis de imigração as substituirão.<sup>197</sup>

Ademais, o relatório “*Brexit: acquired rights*” declara que os direitos de cidadania europeia são indivisíveis. Se um direito for removido, prejudicará o exercício de todos os outros, pois só em conjunto tornam possível um cidadão da União Europeia viver, trabalhar, estudar e ter uma família noutro Estado-Membro da UE.<sup>198</sup>

II. A Comissão Europeia também recomenda que o acordo deve salvaguardar o estatuto e os direitos decorrentes do direito da União na data de retirada para os cidadãos da União Europeia residentes e/ou trabalhando no Reino Unido. Ademais, acrescenta que “esses direitos devem ser protegidos como direitos adquiridos diretamente executáveis durante o tempo de vida dos interessados”. Além disso, recomenda que o acordo se baseie na reciprocidade e no princípio da igualdade de tratamento entre os cidadãos.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> Consultado em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/31/full-eus-draft-guidelines-brexit-negotiations/>; [17/04//2017].

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 4. Questions 27 – 31. Consultado <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42105.html>; [12/04//2017].

<sup>198</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 40. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

<sup>199</sup> COMISSÃO EUROPEIA – “Recomendação ao Conselho Europeu”. Consultado em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations\\_3-may-2017\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations_3-may-2017_en.pdf); [05/05//2017].



A Comissão entende que direitos a serem protegidos devem ser os seguintes: os direitos de residência derivados dos artigos 21.º, 45.º e 49.º do TFUE e definidos na Diretiva 2004/38/CE; os direitos e obrigações estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social; os direitos estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 492/2011 relativo à livre circulação dos trabalhadores na União.<sup>200</sup>

III. Como já foi dito pela Comissão, é muito importante que o acordo salvaguarde os direitos dos cidadãos e que haja reciprocidade entre as partes. Essa é a forma que a UE costuma trabalhar, por exemplo, ao regulamentar o direito de visto aos nacionais de países terceiros, exige tratamento semelhante aos seus cidadãos.<sup>201</sup>

É certo que as negociações vão se basear na reciprocidade, mas não é possível garantir que seja absoluta. No entanto, no relatório da União Europeia sobre os direitos adquiridos destacam que a reciprocidade absoluta deve ser aplicada e garantida em relação aos direitos de cidadania.<sup>202</sup> Nesse sentido, é importante que o acordo também estabeleça um mecanismo recíproco para garantir que a legislação britânica possa ter em conta a evolução relevante da legislação da UE e que a legislação da UE possa ter em conta a evolução relevante da legislação do Reino Unido.<sup>203</sup>

IV. O Conselho Europeu, em 29 de abril de 2017, acrescentou às suas orientações que o acordo deve incluir o direito de adquirir a residência permanente depois de residir legalmente por um período contínuo de cinco anos.<sup>204</sup>

Nesse sentido, o governo britânico declarou no *White Paper* publicado em fevereiro que deseja garantir o estatuto dos cidadãos da União Europeia que já vivem no

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 1. Questions 1 – 8. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/38196.html>; [14/04//2017].

<sup>202</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 37. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

<sup>203</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 44. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

<sup>204</sup> CONSELHO EUROPEU – “Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º)...”. Consultado em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/29-euco-brexit-guidelines/>; [05/05//2017].



Reino Unido e que, enquanto o Reino Unido permanecer membro da UE, os direitos dos cidadãos da União Europeia permanecem inalterados. Garantem também que o direito de residência permanente será concedido automaticamente nos termos da legislação nacional e da Diretiva 2004/38/CE.<sup>205</sup> Entendo que essas declarações são positivas aos cidadãos da União Europeia que completarem 5 anos de residência legal e contínua até a data da saída. No entanto, não se sabe exatamente o que querem dizer com garantir o estatuto do cidadão da união europeia.<sup>206</sup>

V. Enquanto não há um acordo efetivo, diversos especialistas apresentam alternativas para que os cidadãos não sejam prejudicados. Catherine Barnard recomendou a criação de um estatuto de "residência permanente da UE" ou "residência permanente de antigos cidadãos da União Europeia", cujos critérios poderiam ser mais facilmente cumpridos pelos cidadãos da União Europeia. Isso porque a obtenção da licença para permanecer ao abrigo da lei de imigração nacional é cara e burocrática e muitos trabalhadores que ocupam postos de baixa qualificação não tem a documentação exigida para obter tal direito.<sup>207</sup>

Nesse sentido, a Comissão também recomenda que qualquer documento que seja emitido em relação aos direitos de residência deve emitido de forma simples e rápida, gratuitamente ou com um montante que não exceda o imposto nacionais para a emissão de documentos semelhantes.<sup>208</sup>

Vaughan Lowe considerou que o caminho mais seguro para salvaguardar os direitos da UE no acordo de retirada seria congelar a situação jurídica no momento da

---

<sup>205</sup> HM GOVERNMENT - "The United Kingdom's exit...", p. 29/30. Consultado em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf); [28/02//2017].

<sup>206</sup> PEERS – "As Bad as it Gets...". Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/02/as-bad-as-it-gets-white-paper-on-brexite.html>; [20/03//2017].

<sup>207</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 5. Questions 32 – 40. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42740.html>; [12/04//2017].

<sup>208</sup> COMISSÃO EUROPEIA – "Recomendação ao Conselho Europeu". Consultado em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations\\_3-may-2017\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations_3-may-2017_en.pdf); [05/05//2017].

saída e dizer que todos os direitos que existem hoje continuarão até o momento em que forem revogados e alterado pelo Parlamento.<sup>209</sup>

O Sr. Speaight entende que a medida mais sábia seria assegurar que os direitos salvaguardados no acordo devem ser baseados no "status quo no momento da saída" do Reino Unido da UE.<sup>210</sup>

Douglas-Scott disse que um outro problema com o congelamento do direito da UE no direito nacional era que grande parte do direito da UE fazia referência específica às instituições da EU. Assim, precisaria ter bastante cuidado ao aplicar uma lei, pois pode haver referência a instituições que não estarão mais vinculadas ao Reino Unido.<sup>211</sup>

VI. Mesmo que o governo já tenha se recusado a garantir unilateralmente os direitos dos cidadãos da União Europeia que já vivem no Reino Unido, seria muito importante que mudasse a sua posição. Garantir unilateralmente que salvaguardará os direitos de cidadania europeia de todos os cidadãos da União Europeia no Reino Unido ainda durante as negociações seria moralmente é a coisa certa a fazer.<sup>212</sup>

Essa garantia seria uma forma de não tratar os direitos dos cidadãos como barganha durante as negociações. Para Virginia Mantouvalou, tratar as pessoas como “moeda de troca” fere a legislação europeia em matéria de direitos humanos.<sup>213</sup> Por essa e por outras razões, os cidadãos da União Europeia no Reino Unido e os cidadãos

---

<sup>209</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 1. Questions 1 – 8. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/38196.html>; [14/04//2017].

<sup>210</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 5. Questions 32 – 40. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42740.html>; [12/04//2017].

<sup>211</sup> HOUSE OF LORDS - Brexit: acquired rights: corrected oral evidence. Evidence Session No. 1. Questions 1 – 8. Consultado em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/38196.html>; [14/04//2017].

<sup>212</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 47. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>; [22/02//2017].

<sup>213</sup> MANTOUVALOU, Virginia – “EU Citizens as Bargaining Chips”. Consultado em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/07/14/virginia-mantouvalou-eu-citizens-as-bargaining-chips/>; [25/04//2017].

britânicos noutros Estados-Membros da UE não deveriam ter de esperar até ao final das negociações para saber como será o futuro onde decidiram viver.<sup>214</sup>

VII. Um relatório feito pela ONG *British Future*, que reuniu partidários (tanto do lado do *Leave* como do *Remain*), partidos políticos e pessoas de fora do Parlamento, apresentou interessantes alternativas para o futuro dos cidadãos. Primeiro identificaram uma data limite (que eles chama de *cut-off date*) que eles recomendam que seja o dia em que o art. 50.º do TUE foi aplicado (no caso, dia 29 de março de 2017) ou outra data que o Governo escolha que demonstre que o Reino Unido vai deixar a UE.<sup>215</sup>

O ponto de partida básico do inquérito é que os cidadãos da União Europeia que estavam no Reino Unido exercendo os direitos da UE antes do *cut-off date* devem manter os seus direitos após a *Brexit*.

Para Steve Peers essa ideia é consistente com o princípio do direito internacional dos "direitos adquiridos", mas concordo com Douglas-Scott que esse princípio por si só não vá garantir a proteção da execução desses direitos individuais na lei britânica. Além disso, essa medida daria efeito aos princípios da humanidade e equidade, pois considera moralmente errado interromper a vida das pessoas que vieram viver legalmente no Reino Unido.<sup>216</sup>

Assim, a ideia do relatório é que seja concedido um estatuto especial para os cidadãos da União Europeia residentes no Reino Unido antes do *cut-off date*. Assim, aqueles que já tinham direito à residência permanente antes do *cut-off date* manteriam esse estatuto (ou seu direito de solicitar). Aqueles que já residiam legalmente no Reino Unido no momento do *cut-off date*, mas que ainda não tinham direito à residência permanente ainda poderiam obtê-lo nos próximos cinco anos. Aqueles que chegaram pela primeira vez após o *cut-off date* teriam o direito de invocar a lei de livre circulação da UE

---

<sup>214</sup> HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights”, p. 47. Consultado em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>. [22/02//2017].

<sup>215</sup> BRITISH FUTURE – “Report of the Inquiry into securing the status of EEA+ nationals in the UK”, p. 25. Consultado em [http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final\\_12.12.16.pdf](http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final_12.12.16.pdf); [03/06//2017].

<sup>216</sup> PEERS – “Bargaining Chips No More: The Status of EU and UK citizens after Brexit”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2016/12/bargaining-chips-no-more-status-of-eu.html>; [03/06//2017].

no Reino Unido até o dia de *Brexit*, após o qual passariam a ficar sujeitos à lei de imigração do Reino Unido, seja qual for essa lei.<sup>217</sup>

VIII. Além de tudo que já foi apresentado, há quem entenda que provável que qualquer acordo concluído ao abrigo do art. 50.º esteja sujeito a certo grau de obrigação de respeitar os direitos consagrados na Carta e os elementos fundamentais do direito da UE.

Qualquer acordo entre Reino Unido e UE celebrado nos termos do art. 50.º do TUE fará parte do direito da UE. Por ser um ato da UE, o acordo ficará sujeito à jurisdição do TJUE. Nos termos do artigo 218.º, n.º 11, do TFUE, um Estado-Membro, o Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão podem solicitar o parecer do TJUE sobre a compatibilidade de um acordo com os Tratados. O mesmo artigo prevê que se considerar que o acordo é incompatível com os Tratados, o acordo previsto só pode entrar em vigor se não for alterado ou os Tratados forem revistos. Isto pode significar que, se o TJUE considerar que é necessário incluir disposições pertinentes sobre a proteção dos direitos adquiridos, o acordo de retirada deverá ser alterado.<sup>218</sup>

Para Ronan Mc Crea, mesmo que o acordo celebrado para a retirada de um Estado-Membro da UE seja um acordo específico, não se permite que este entre em vigor se o TJUE considerar que viola os elementos essenciais da ordem jurídica da UE.<sup>219</sup>

Contrariamente, para Steve Peers, não está claro se o TJUE pode decidir questões jurídicas relativas ao acordo, nos termos do art. 218.º do TFUE. Para ele, como o art. 50.º do TUE só menciona uma parte do art. 218.º, não fica claro se a totalidade do artigo é aplicável ao *Brexit*.<sup>220</sup>

Para Douglas-Scott, é improvável que as instituições da UE e o Reino Unido levantem alguma questão ao TJUE sobre o acordo, mas o Estado-Membro que considerar

---

<sup>217</sup>

[http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final\\_12.12.16.pdf](http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final_12.12.16.pdf), p. 26.

<sup>218</sup> MCCREA, RONAN – “Can a Brexit Deal Provide a Clean Break with the Court of Justice and EU Fundamental Rights Norms?” Consultado em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/10/03/ronan-mccrea-can-a-brexit-deal-provide-a-clean-break-with-the-court-of-justice-and-eu-fundamental-rights-norms/>. [22/04//2017].

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> PEERS – “Guide to...”. Consultado em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/04/guide-to-brexit-negotiations.html>; [20/04//2017].

que os direitos dos cidadãos não estão sendo protegido adequadamente, pode solicitar um parecer do Tribunal.<sup>221</sup>

No caso de ser possível levantar alguma questão ao TJUE, e este entender que o acordo é ilegal, o Reino Unido seria confrontado com a negociação de um novo acordo num prazo muito curto, tendo que convencer os outros Estados para prorrogarem o prazo ou terão que enfrentar uma situação perturbadora que é a abrupta perda de todos os direitos, pois os Tratados deixariam de ser aplicados.

#### **4. Conclusão**

A saída do Reino Unido da UE trará imensas consequências para os cidadãos da União Europeia. A saída do Reino Unido da UE coloca em causa a continuidade do exercício dos direitos de um cidadão da União Europeia de viver e trabalhar no Reino Unido e de obter um direito de residência permanente. Destes direitos derivam todos os outros que também são necessários para os cidadãos da União Europeia e os seus familiares conduzirem suas vidas em condições de igualdade com os nacionais do Reino Unido. Esses direitos estão garantidos só até a retirada definitiva do Reino Unido e, o que acontecerá depois ainda é incerto.

O Reino Unido continua a ser um Estado Membro até a sua saída definitiva, que pode ocorrer dia 29 de março de 2019, na data que entrar em vigor o acordo, ou em outra data se prorrogarem o prazo das negociações. Assim, o direito da União Europeia continuará a ser aplicado até o dia da saída. No entanto, a partir dessa data o exercício dos direitos da União Europeia ainda não estão garantidos.

Como ainda não há um acordo prevendo todos os direitos que serão preservados depois da saída do Reino Unido da UE, foram apresentados alguns meios que poderiam protegê-los. Algumas pessoas pensaram na possibilidade de aplicar a doutrina dos direitos adquiridos. No entanto, durante a pesquisa chega-se a conclusão que o âmbito dos direitos adquiridos limita-se a certos direitos contratuais e de propriedade. Acresce que o Direito da União Europeia não trata sobre os direitos adquiridos e ao abrigo do direito

---

<sup>221</sup> DOUGLAS-SCOTT - “Brexit: acquired rights...”. Consultado em Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6); [16/04/2017].

internacional público pouca proteção efetiva é proporcionada aos direitos da União Europeia quando o Reino Unido se retirar da UE.

Na ausência de um acordo negociado sobre que direitos atribuídos pela ordem jurídica da UE serão mantidos, a CEDH pode oferecer algum tipo de proteção; no entanto, tais direitos não são todos cobertos pela Convenção. Nesse caso, a lacuna da CEDH com relação a algum direito, deixa o cidadão sem proteção.

Chegamos assim à conclusão de que a forma mais eficaz de proteger os direitos dos cidadãos da União Europeia é por meio de um acordo que seja de preferência recíproco, mesmo que a reciprocidade absoluta não seja possível.

É ainda aconselhável que o Governo do Reino Unido salvaguarde os direitos ainda que de forma unilateral ou que o Reino Unido e a UE cheguem a algum acordo preliminar com relação aos direitos dos cidadãos.

O acordo de retirada concluído nos termos do art. 50.º do TUE deveria estabelecer os direitos da União Europeia que serão mantidos após o *Brexit*. Ou ainda que os cidadãos que já gozem dos direitos tenham sua situação “congelada” no momento da retirada. Esta abordagem dará origem a uma maior segurança jurídica para os cidadãos da União Europeia no Reino Unido.

O Reino Unido declarou que pretende assegurar o estatuto do cidadão da União Europeia. As consequências dessa medida são ainda muito incertas. Diria com base na pesquisa dos documentos oficiais e declarações do governo, que a situação está um pouco mais segura para os cidadãos que irão completar 5 (cinco) anos de residência legal contínua até o dia da saída. Esses terão direito a residência permanente. No entanto, a situação é mais complicada para os cidadãos que não completarem os 5 anos de residência legal e contínua até a data da saída. Seria muito importante que pudessem ter os seus direitos preservados com um novo estatuto, garantindo sua residência e encargos mais baixos para a sua regularização, com o cuidado de não gerar um estatuto discriminatório entre cidadãos da União Europeia e outros nacionais de países terceiros residentes no Reino Unido.

## **REFERÊNCIAS**

### **Bibliográficas**

ARMSTRONG, Angus – “The UK-EU trade relationship” [em linha]. In Brexit: Six months on. The UK in a Changing Europe e Political Studies Association, 2016. [Consult. 20 Jan. 2017]. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/brexit-six-months-on/>, p. 29.

BRITISH FUTURE – “Report of the Inquiry into securing the status of EEA+ nationals in the UK” [em linha]. Londres: British Future, dezembro de 2016. [Consult. 03 Jun. 2017]. Disponível em [http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final\\_.12.12.16.pdf](http://www.britishfuture.org/wp-content/uploads/2016/12/EUNationalsReport.Final_.12.12.16.pdf)

COELHO, Carlos – “Schengen: o garante da integração e diversidade europeias. Não há União Europeia sem Schengen”. In Ferreira, Eduardo Paz (coord.) - União Europeia. Reforma ou Declínio. Lisboa: Nova Vega, 2016. ISBN 978-989-750-051-0. p. 319-332.

COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL. “Comentários ao projeto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados” [em linha]. 1966. [Consult. 13 Abr. 2017] Disponível [http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1\\_1\\_1966.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1_1_1966.pdf)

COMISSÃO EUROPEIA – “Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen” [em linha]. [Consult. 7 Abr. 2017]. Disponível em [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/elibrary/docs/schengen\\_brochure/schengen\\_brochure\\_dr3111126\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/elibrary/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf). ISBN 978-92-79-46107-1.

COMISSÃO EUROPEIA – “European citizenship” [em linha]. Standard Eurobarometro 85, primavera 2016. [Consult. 5 março 2017]. Disponível em <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/STANDARD/surveyKy/2130>.

- DEPARTMENT FOR EXITING THE EUROPEAN UNION - “Legislating for the United Kingdom’s withdrawal from the European Union” [em linha]. Cm 9446, Londres, março de 2017. [Consult. 15 Abril. 2017]. Disponível em [www.gov.uk/government/publications](http://www.gov.uk/government/publications). ISBN 9781474140058.
- GOMES, Ana – “Identidade e cidadania na União Europeia. Crise de Identidade Europeia”. In Ferreira, Eduardo Paz (coord.) - União Europeia. Reforma ou Declínio. 1ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2016. ISBN 978-989-750-051-0. P. 271-276.
- GORDON QC, Richard; MOFFAT, Rowena – “Brexit: The Immediate Legal Consequences” [em linha]. London: The Constitution Society, 2016. [Consult. 10 Fev. 2017]. Disponível em <https://www.consoc.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/Brexit-PDF.pdf>. ISBN 978-0-9928904-9-0
- HOUSE OF COMMONS LIBRARY – “Brexit Glossary” [em linha]. N.º 07840, 2 de maio de 2017. [Consult. 29 Mar. 2017]. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7840#fullreport>.
- HOUSE OF LORDS LIBRARY NOTES - Schengen Agreement: A Short History [em linha]. 2016. [Consult. 29 Maio 2017]. Disponível em <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/LLN-2016-0013#fullreport>.
- HM GOVERNMENT – “The United Kingdom’s exit from and new partnership with the European Union” [em linha]. Cm 9417, Londres, fevereiro de 2017. [Consult. 28 Fev. 2017]. Disponível em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/589191/The\\_United\\_Kingdoms\\_exit\\_from\\_and\\_partnership\\_with\\_the\\_EU\\_Web.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf). ISBN 9781474140669.



## *Referências*

- HOUSE OF LORDS - “Brexit: acquired rights” [em linha]. London: House Lords. 10th Report of Session 2016–17, HL Paper 82. [Consult. 22 Fev. 2017]. Disponível em <http://www.parliament.uk/brexit-acquired-rights-inquiry>.
- HOUSE OF LORDS – “The process of withdrawing from the European Union” [em linha]. London: House Lords, 11th Report of Session 2015–16, HL Paper 138. [Consult. 22 Fev. 2017]. Disponível em <https://www.publications.parliament.uk/pa/ld201516/ldselect/lddeucom/138/138.pdf>.
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; CASTRO, Joana Morais e - “Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal” [em linha]. N.º 53, Lisboa: Observatório da Imigração, abril de 2014. [Consult. 30 Maio 2017]. Disponível em <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+53.pdf/966d8e07-8fea-4088-ad3f-1e2149ce6b38>. ISBN 978-989-685-057-9.
- MARTINS, Ana Maria Guerra – “A cidadania da União Europeia”. In Ferreira, Eduardo Paz (coord.) - União Europeia. Reforma ou Declínio. Lisboa: Nova Vega, 2016. ISBN 978-989-750-051-0. P. 277-292.
- MENON, Anand. “Six months on: where are we now?” [em linha]. In Brexit: Six months on. The UK in a Changing Europe e Political Studies Association, 2016. [Consult. 20 Jan. 2017]. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/brexit-six-months-on/>, p. 6.
- MESQUITA, Maria José Rangel de – “As facetas da cidadania na integração europeia”. In Sofia Oliveira Pais (coord.) - Cidadania Europeia. Desafios e Oportunidades. Porto: Universidade Católica Editora, 2015. ISBN 978-9898366-96-2. P 191-211.
- PIÇARRA, Nuno – “O Tratado de Lisboa e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”. In A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Lisboa: Almedina, 2011. ISBN: 978-972-40-4629-7. P. 15-37.

PIRES, Rui Pena [et al.] – “Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016” [em linha]. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, 2016. [Consult. 22 Fev. 2017]. Disponível em [www.observatorioemigracao.pt](http://www.observatorioemigracao.pt). ISBN 978-972-8048-15-0.

RODRIGUES, J. N. Cunha – “As origens: as Comunidades e o Portugal de 1986 vs. 2016. As comunidades de 1986 e a União de 2016”. In Ferreira, Eduardo Paz (coord.) - União Europeia. Reforma ou Declínio. 1ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2016. ISBN 978-989-750-051-0. P. 19-33.

### **Outros Recursos Eletrônicos**

AGÊNCIA LUSA – “Emigração portuguesa para o Reino Unido caiu 5% em 2016” [em linha]. Observador, 23 de fevereiro de 2017. [Consult. 13 Mar. 2017]. Disponível em <http://observador.pt/2017/02/23/emigracao-portuguesa-para-o-reino-unido-caiu-5-em-2016/>.

AGÊNCIA LUSA – “Câmara dos Lordes deixa cair proteção a cidadãos europeus e aprova *Brexit*” [em linha]. Observador, 13 de março de 2017. [Consult. 14 Mar. 2017]. Disponível em <http://observador.pt/2017/03/13/camara-dos-lordes-deixa-cair-protecao-a-cidadaos-europeus-e-aprova-brexit/>.

AGÊNCIA LUSA – “Madeira. Mais de 700 emigrantes vindos da Venezuela no “desemprego” [em linha]. Observador, 28 de abril de 2017. [Consult. 29 Maio 2017]. Disponível em <http://observador.pt/2017/04/28/madeira-mais-de-700-emigrantes-vindos-da-venezuela-no-desemprego/>

AGÊNCIA LUSA – “Entre 3.000 e 4.000 luso-venezuelanos regressaram à Madeira” [em linha]. Diário de Notícias, 01 de junho de 2017. [Consult. 02 Junho 2017]. Disponível em <http://www.dnoticias.pt/madeira/entre-3-000-e-4-000-luso-venezuelanos-regressaram-a-madeira-LM1482638>

## Referências

- CAMERON, David – “Carta para o Presidente do Conselho Europeu Donald Tusk” [em linha]. Londres, 10 de novembro de 2015. [Consult. 3 Mar. 2017]. Disponível em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/475679/Donald\\_Tusk\\_letter.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/475679/Donald_Tusk_letter.pdf).
- CENTRO DAS COMUNIDADES MADEIRENSES E MIGRAÇÕES [em linha]. [Consult. 13 Mar. 2017]. Disponível em <https://ccmm.madeira.gov.pt/>.
- COMISSÃO EUROPEIA – “Recomendação ao Conselho Europeu” [em linha]. Bruxelas, 3 de maio de 2017. COM (2017) 218 final. [Consult. 5 Maio 2017]. Disponível em [https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations\\_3-may-2017\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/recommendation-uk-eu-negotiations_3-may-2017_en.pdf).
- CONSELHO EUROPEU. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – “A UE e o Reino Unido após o referendo de 23 de junho de 2016” [em linha]. 2016. [Consul. 22 Fev. 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>.
- CONSELHO EUROPEU. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA - “Negociações prévias ao referendo no Reino Unido sobre a EU” [em linha]. 2016. [Consul. 22 Fev. 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2016/06/29-27MS-informal-meeting-statement/>.
- CONSELHO EUROPEU - “Declaração do Conselho Europeu na sequência da notificação prevista no art. 50.º do TUE” [em linha]. 29 de março de 2017. [Consul. 23 Mar. 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>.
- CONSELHO EUROPEU – “Orientações do Conselho Europeu (art. 50.º) para as negociações do *Brexit*” [em linha]. Bruxelas, 29 de abril de 2017. [Consul. 5

## Referências

- Maio 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/04/29-euco-brex-it-guidelines/>.
- CONSELHO EUROPEU - “Reunião informal a 27” [em linha]. Bruxelas, 29 de junho de 2016. [Consul. 22 Fev. 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2016/06/28-29/>>.
- DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh – “What Happens to ‘Acquired Rights’ in the Event of a Brexit?” [em linha]. *UK Constitutional Law Association*. 16 de maio de 2016. [Consul. 5 Fev. 2017]. Disponível em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/05/16/sionaidh-douglas-scott-what-happens-to-acquired-rights-in-the-event-of-a-brex-it/>.
- DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0001)” [em linha]. 4 de setembro de 2016. [Consult. 16 Abr. 2017]. Disponível em [http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brex-it-acquired-rights/written/37921.html#\\_ftn6](http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brex-it-acquired-rights/written/37921.html#_ftn6).
- ELEFThERIADIS, Pavlos – “The Systematic Constitution” [em linha]. *EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments*. 30 de janeiro de 2017. [Consul. 19 Abr. 2017]. Disponível em <https://ukconstitutionallaw.org/2017/01/30/pavlos-eleftheriadis-the-systematic-constitution/#comments>.
- ELLIOT, Mark – “Analysis The Supreme Court’s Judgment in Miller” [em linha]. *Public Law for everyone* 25 de janeiro de 2017. [Consul. 27 Mar. 2017]. Disponível em <https://publiclawforeveryone.com/2017/01/25/1000-words-the-supreme-courts-judgment-in-miller/>.

## *Referências*

- EUROSTAT. Migration and migrant population statistics. 2017 [em linha]. [Consult. 29 Maio 2017]. Disponível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration\\_and\\_migrant\\_population\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics).
- HOUSE OF LORDS – “The process of leaving the European Union: Revised transcript of evidence” [em linha]. Evidence Session No. 1, Questions 1 – 17, 8 de março de 2016. [Consult. 14 Mar. 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/european-union-committee/the-process-of-leaving-the-eu/oral/30396.html>.
- HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights: corrected oral evidence”. Evidence Session No. 5. Questions 32 – 40, 1 de novembro de 2016. [Consult. 14 Abril 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42740.html>.
- HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights: corrected oral evidence” [em linha]. Evidence Session No. 1. Questions 1 – 8, 13 de setembro de 2016. [Consult. 14 Abril 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/38196.html>.
- HOUSE OF LORDS – “Brexit: acquired rights: corrected oral evidence” [em linha]. Evidence Session No. 4. Questions 27 – 31. [Consult. 12 Abril 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/oral/42105.html>.
- MANTOUVALOU, Virginia – “EU Citizens as Bargaining Chips” [em linha]. [UK Constitutional Law Association](http://ukconstitutionallaw.org/2016/07/14/virginia-mantouvalou-eu-citizens-as-bargaining-chips/) 14 de julho de 2016. [Consult. 25 Abril 2017]. Disponível em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/07/14/virginia-mantouvalou-eu-citizens-as-bargaining-chips/>.

## *Referências*

- MAY, Theresa – “Carta de notificação de saída do Reino Unido da União Europeia” [em linha]. **Londres**, 29 de março de 2017. [Consult. 2 Abr. 2017]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/03/29-euco-50-statement-uk-notification/>.
- MAY, Theresa – “Conferência da Primeira-Ministra na Cimeira do G20” [em linha]. China, 04-05 de setembro de 2016. [Consult. 17 Abr. 2017]. Disponível em <https://www.gov.uk/government/speeches/g20-summit-china-prime-ministers-press-conference-5-september-2016>.
- MAY, Theresa – “Discurso sobre o Brexit” [em linha]. Janeiro de 2017. [Consult. 3 Mar. 2017]. Disponível em <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/full-text-theresa-may-brexit-speech-global-britain-eu-european-union-latest-a7531361.html>.
- MCCREA, RONAN – “Can a Brexit Deal Provide a Clean Break with the Court of Justice and EU Fundamental Rights Norms?” [em linha]. UK Constitutional Law Association. 3 de outubro de 2016. [Consult. 22 Abril 2017]. Disponível em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/10/03/ronan-mccrea-can-a-brexit-deal-provide-a-clean-break-with-the-court-of-justice-and-eu-fundamental-rights-norms/>.
- OFFICE FOR NATIONAL STATISTIC. Population of the UK by Country of Birth and Nationality: 2015 [em linha]. 25 de Agosto de 2016. [Consult. 29 Maio 2017]. Disponível em <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/ukpopulationbycountryofbirthandnationality/august2016#1-in-8-of-the-uk-population-was-born-abroad-and-1-in-12-has-non-british-nationality>
- PARLAMENTO EUROPEU – “Livre circulação de pessoas” [em linha]. Fichas técnicas sobre a União Europeia. 2017. [Consult. 11 Abr. 2017]. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU\\_2.1.3.pdf](http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.1.3.pdf)

## *Referências*

- PARLAMENTO EUROPEU – “O Espaço Económico Europeu (EEE), a Suíça e a região setentrional” [em linha]. Ficha Técnica sobre a União Europeia. 2017. [Consult. 17 Abr. 2017]. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_6.5.3.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.3.html).
- PARLIAMENT – “The EU Bill and Parliamentary Sovereignty” [em linha]. 2010.[Consult. 4 Abr. 2017]. Disponível em <https://www.publications.parliament.uk/pa/cm201011/cmselect/cmeuleg/633/63304.htm>.
- PEERS, Steve – “Article 50 TEU: The uses and abuses of the process of withdrawing from the EU” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 8 de dezembro de 2014. [Consul. 15 Mar. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2014/12/article-50-teu-uses-and-abuses-of.html>.
- PEERS, Steve – “As Bad as it Gets: the White Paper on Brexit” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 3 de fevereiro de 2017. [Consul. 20 Mar. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/02/as-bad-as-it-gets-white-paper-on-brex.html>.
- PEERS, Steve – “Bargaining Chips No More: The Status of EU and UK citizens after Brexit” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 11 de dezembro de 2016. [Consul. 20 Mar. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2016/12/bargaining-chips-no-more-status-of-eu.html>.
- PEERS, Steve – “Guide to the Brexit Negotiations” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 4 de abril de 2017. [Consul. 20 Abr. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/04/guide-to-brex.html>.

## *Referências*

- PEERS, Steve – “The judgment in Miller: Representative Democracy Strikes Back” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 25 de janeiro de 2017. [Consul. 15 Mar. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/01/the-judgment-in-miller-representative.html>
- PEERS, Steve – “The UK and the Schengen system” [em linha]. The UK in a Changing Europe. 3 de dezembro de 2015. [Consul. 10 Abr. 2017]. Disponível em <http://ukandeu.ac.uk/the-uk-and-the-schengen-system/>.
- PEERS, Steve – “The White Paper on the Great Repeal Bill: Invasion of the Parliamentary Control Snatchers” [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 31 de março de 2017. [Consul. 10 Abr. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/the-white-paper-on-great-repeal-bill.html>.
- PEERS, Steve – “Scotland, the EU and ‘indyref2’: the legal issues [em linha]. EU Law Analysis. Expert insight into EU law developments. 14 de março de 2017. [Consul. 10 Abr. 2017]. Disponível em <http://eulawanalysis.blogspot.pt/2017/03/scotland-eu-and-indyref2-legal-issues.html>.
- QC LOWE, Vaughan — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0002)” [em linha]. 2 de setembro de 2016. [Consult. 16 Abril 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/38137.html>.
- QC LOWE, Vaughan — “Brexit: acquired rights: Written evidence (AQR0003)” [em linha]. 28 de setembro de 2016. [Consult. 16 Abril 2017]. Disponível em <http://data.parliament.uk/writtenevidence/committeeevidence.svc/evidencedocument/eu-justice-subcommittee/brexit-acquired-rights/written/39768.html>.
- RAINHO, Pedro – “Brexit. Processo avança sem estarem garantidos direitos dos cidadãos europeus” [em linha]. Observador, 13 de março de 2017. [Consult. 14 Mar.



2017]. Disponível em <http://observador.pt/2017/03/13/brexit-processo-avanca-sem-estarem-garantidos-direitos-dos-cidadaos-europeus/>.

SARI, Aurel – “Biting the Bullet: Why the UK Is Free to Revoke Its Withdrawal Notification under Article 50 TEU” [em linha]. UK Constitutional Law Association. 17 de outubro de 2016. [Consul. 21 Abr. 2017]. Disponível em <https://ukconstitutionallaw.org/2016/10/17/aurel-sari-biting-the-bullet-why-the-uk-is-free-to-revoke-its-withdrawal-notification-under-article-50-teu/>.

THE ELECTORAL COMMISSION – “EU referendum results” [em linha]. 2016. [Consul. 20 Mar. 2017]. Disponível em <http://www.electoralcommission.org.uk/>.

THE GUARDIAN – “May expected to challenge right of EU citizens to bring family to Britain” [em linha]. 3 de maio de 2017 [Consul. 10 Maio 2017]. Disponível em <https://www.theguardian.com/politics/2017/may/03/may-expected-to-challenge-right-of-eu-citizens-to-bring-family-to-britain-non-european-spouses-brexit>.

THE GUARDIAN – “David Cameron's EU speech - full text” [em linha]. 23 de janeiro de 2013. [Consult. 12 Feb. 2017]. Disponível em <https://www.theguardian.com/politics/2013/jan/23/david-cameron-eu-speech-referendum>.

THE MIGRATION OBSERVATORY – “Responding to uncertainty? EU citizens scramble for permanent residence while others decide to go home” [em linha]. Oxford: University of Oxford, 2017. [Consult. 7 Abr. 2017]. Disponível em <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/press/responding-uncertainty-eu-citizens-scramble-permanent-residence-others-decide-go-home/>.

THE MIGRATION OBSERVATORY – “COMMENTARY: What would UK immigration policy look like after Brexit?” [em linha]. Oxford: University of Oxford, 2017. [Consult. 17 Abr. 2017]. Disponível em

## *Referências*

<http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/commentaries/uk-immigration-policy-look-like-brexit/>

THE TELEGRAPH – “In full: The EU's draft guidelines for Brexit negotiations” [em linha]. 31 de março de 2017. [Consult. 17 Abr. 2017]. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/03/31/full-eus-draft-guidelines-brexit-negotiations/>.

UK GOVERNMENT – “EU referendum” [em linha]. [Consult. 31 Maio 2017]. Disponível em <https://www.gov.uk/government/topical-events/eu-referendum/about>.

UK VISA AND IMMIGRATION – “EEA and Swiss nationals: free movement rights. 2017” [em linha]. [Consult. 17 Abr. 2017]. Disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/eea-and-swiss-nationals-free-movement-rights>.

## **Legislativas**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. D.R. n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.

CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Conselho da Europa. 1950.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS. D.R. I-A; n.º 181, de 07/08/2003.

Despacho n.º 6738/2010, de 7 de Abril, publicado no Diário da República, 2ª, n.º 73, de 15 de Abril de 2010, Regulamento do 2º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

EUROPEAN UNION REFERENDUM ACT 2015. C 36. [Consult. 10 Mar. 2017]. Disponível em [http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/pdfs/ukpga\\_20150036\\_en.pdf](http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/36/pdfs/ukpga_20150036_en.pdf).

## *Referências*

PORTARIA n.º 130/2015, de 31 de junho de 2015. JORAM. I série. 113.

TRATADO DE AMSTERDÃ. Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda. 1997 [em linha]. [Consult. 30 Maio 2017]. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/topics/treaty/pdf/amst-en.pdf>. ISBN 92-828-1652-4

THE IMMIGRATION (EUROPEAN ECONOMIC AREA) REGULATION 2016 [em linha]. No. 1052. Disponível em <http://www.legislation.gov.uk/uksi/2016/1052/made>.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA - J.O, C 202, 7 de junho de 2016.

TRATADO DE FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA - J.O, C 202, 7 de junho de 2016.

## **Jurisprudencias**

SUPREME COURT - Decisão 5, de 24 de Janeiro de 2017 [em linha]. [Consult. 27 Mar. 2017]. Disponível em www: <URL: <https://www.supremecourt.uk/>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA - Acórdão de 5 de fevereiro de 1963 – “van Gend en Loos”, Processo 26-62.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA - Acórdão de 14 de maio de 1975. Processo 74/74.